



Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Simão Monteiro Calixto e Diamantino António Caldeira Estanislau.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, em substituição de Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata) e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Sónia Isabel Leal Maurício Martins (conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Joana Margarida Banito Tomé, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Maria Nazaré de Souza Oliveira e Tiago Manuel Rodrigues Pereira, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 a 17, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Alexandre Miguel Cardoso Teles, Francisco Miguel Guerreiro Cabral e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 18 e 20, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 21 e 22, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por Dora Cristina Soeiro Mira, conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Filipa Matos Bonita, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicado a respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.



Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos duas inscrições para intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 26 e 27, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Paulo Anacleto – Já é a segunda vez que venho a esta casa e venho sempre falar do mesmo, as dificuldades e as preocupações dos pais que têm crianças com perturbações de autismo.

Como só tenho cinco minutos vou só levantar dois pontos, muitos dos alunos com necessidades educativas especiais, como agora se diz, não conseguem frequentar os ATL's e os Centros de Estudos, principalmente os que têm características mais severas. Mesmo que consigam frequentar um ATL durante o 1.º ou 2.º ciclo, até aos 10/12 anos, no 3.º ciclo e secundário é muito pouco provável que se consigam manter matriculados. Não nos podemos esquecer que estes equipamentos não têm e nem são obrigados a ter pessoal formado no ensino especial.

Durante o período letivo, e se a escola tiver um horário integral, não há grande problema porque os pais conseguem trabalhar enquanto os filhos estão na escola, a grande dificuldade é nos períodos não letivos, mormente nas férias escolares. Não nos podemos esquecer que são quatro meses de férias e os pais se alternarem as suas férias pessoais só conseguem preencher dois meses, faltam mais dois meses e as famílias ficam assim sem um local seguro para os filhos ficarem, muitos pais chegam a tirar licença de trabalho para poderem preencher o restante tempo. Por isso, em muitos concelhos do país já existem projetos para colmatarem estas dificuldades. São projetos municipais, são as próprias câmaras que em conjunto com as escolas e IPSS criam campos de férias adaptados às características destes alunos.

Tomei a liberdade de apresentar uma proposta ao município, ao qual chamei “Escola de Verão” que colmataria muitos destes problemas e que não necessitaria de qualquer investimento financeiro. Primeiro apresentei por escrito e depois apresentei presencialmente em reunião com a Sra. Vereadora Carla Guerreiro, creio que em novembro, e espero que esta proposta seja apreciada. Seria importante criar um grupo de trabalho para ver a viabilidade deste projeto.

Peço desculpa, mas estou muito nervoso, porque estes assuntos mexem demais com os meus sentimentos.

O segundo ponto que trago, a escola que o meu filho frequenta, a Escola Básica 2,3 Barbosa do Bocage, a Direção, e muito bem na minha opinião, não fechou a sala onde sempre funcionou a unidade, mas esta sala teve desde sempre muitas lacunas e tem sido motivo de reclamações por parte dos professores e dos próprios pais. Vou dar apenas um exemplo, que é caricato, mas tenho de o trazer aqui. Falta um lavatório na sala, um simples lavatório, porque nessa sala os alunos fazem atividades de vida ativa, por exemplo, fazem culinária, têm alguns animais que cuidam, fazem trabalhos com tintas e colas, têm uma horta ao lado da sala e recolhem os produtos hortícolas e trazem para a cozinha. O dem é que eles vão lavar as mãos e os utensílios de tudo isto? Vão a uma casa de banho que fica do outro lado do bloco.

Em junho, antes das férias escolares de verão, escrevi ao Sr. Diretor do Agrupamento e ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, pedi autorização para durante as férias de verão eu e outros pais colocarmos lá um lavatório, comprávamos o lavatório e pagávamos do nosso bolso e pagávamos a um canalizador. A junta informou que não era o órgão competente e que tinha reenviado a nossa solicitação para o município e a Direção do Agrupamento respondeu-me a dizer que o lavatório seria instalado durante o verão. Em setembro começou o ano letivo e nada de lavatório, em outubro questioneei o Sr. Diretor do Agrupamento e informou-me que já estava tudo comprado. Estamos em março e nada feito, continua tudo encaixotado e pergunto a todos os presentes, se este material fosse para outra sala, se fosse para um ginásio ou se fosse para o gabinete do Sr. Diretor, continuava encaixotado?

Estes alunos continuam a não ter qualquer valor nas escolas e isto é transversal a todos os Agrupamentos, porque falo com outros pais e o sentimento é geral, estas crianças andam na escola porque têm de andar.

Em suma, quero fazer só estas duas perguntas, se o projeto que apresentei ao município se vai ficar numa gaveta ou se vamos arregaçar as mangas e trabalhar para se conseguir fazer alguma coisa nas férias para estes meninos?

Por fim, se alguém poderia dar um telefonema ao Sr. Diretor para desencaixotar o lavatório e colocarem-no na sala para as professoras terem o mínimo de dignidade para trabalharem com os alunos.

Obrigado e peço desculpa.

Igor Pereira – Venho aqui no dia de hoje solicitar às senhoras e senhores que sejam coerentes e justo com os setubalenses, não bastou o absurdo que foi a instalação dos parquímetros pela cidade com um período de concessão de 40 anos, não bastou grande parte desses estacionamentos estarem irregulares se levarmos em consideração o código da estrada, pois já fiz a denúncia aqui em reunião de câmara e até hoje nada foi feito. Agora os senhores irão votar, no dia de hoje, o aumento do tarifário para três zonas de Setúbal e refiro-me à Deliberação n.º 16/2024 da Assembleia Municipal e Deliberação n.º 90/2024 da Câmara Municipal que pretende atualizar os tarifários dos parques de estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry. Senhores deputados, este aumento é imoral, incoerente e desrespeitoso com todos os cidadãos setubalenses referente a todos os problemas que se encontram no nosso concelho. Esta proposta foi encaminhada pela empresa Sado Portugal à Câmara Municipal no dia 3 de janeiro de 2024, acolhida e colocada a votação e aprovada pelos votos favoráveis da CDU e do PSD e a abstenção do PS. Proposta essa que prevê o aumento de 12.1% no tarifário e por isso venho aqui no dia de hoje fazer este apelo para que os senhores chumbem este absurdo, pois como já disse aqui, aumentar o tarifário é imoral, incoerente e desrespeitoso com o cidadão que dia após dia vê o seu poder de compra diminuir e os impostos a aumentarem.

Desafio aqui qualquer membro do executivo ou da Assembleia Municipal a andar por Setúbal e propor a alguns cidadãos setubalenses este aumento. Sabe porque nenhum dos senhores fará isso? Porque sabem que nunca seria aceite, especialmente no momento atual onde estamos na iminência de uma eleição.

Peço, mais uma vez, que sejam coerentes e chumbem esta proposta, pois foram eleitos para trabalhar pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos setubalenses e esta proposta não irá melhorar em nada a vida daqueles que vivem em Setúbal.

Agradeço a vossa atenção e espero que façam o melhor para os setubalenses. Obrigado.

Presidente da Câmara – Dizer ao senhor que trouxe aqui o problema daquele jovem que está na Escola 2,3 Barbosa do Bocage, não conheço a situação e as condições para instalar o lavatório na sala. Em primeiro lugar agradecer por ter vindo aqui e pedir desculpa por ter de vir aqui, eu próprio vou verificar qual é a situação e ver das condições para instalar lá esse lavatório, naturalmente que terá de ser feito em conjunto com a Direção da escola. Mais uma vez agradeço e peço desculpa por ter vindo aqui para expôr essa questão, a Câmara Municipal em parceria com a Junta de Freguesia e também com a Direção da Escola havemos de encontrar uma solução para o problema que aqui trouxe.

Relativamente à intervenção que o segundo senhor falou sobre o estacionamento, dizer que esta proposta que veio à Câmara Municipal e que vem hoje aqui à Assembleia Municipal é o cumprimento da lei. Trata-se de um contrato que é feito com uma empresa privada que explora o estacionamento e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. Portanto, nos termos da lei, essas propostas têm de passar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.

Para usar as palavras que o senhor município utilizou, também acho que é um pouco absurdo, porque há um contrato que foi estabelecido entre duas entidades e agora a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal é que têm de, digamos assim, fazer um aval a esse contrato. Parece-me que há qualquer coisa aqui que não joga bem, mas nós cumprimos a lei e, naturalmente, que fazemos as interrogações e até as iniciativas que forem julgadas necessárias para ver se esta contradição não se mantém. Para que fique claro, não é nenhum contrato em que a Câmara Municipal tenha alguma responsabilidade.



Presidente da Mesa – Chamava a atenção para o expediente/correspondência da Assembleia que já foi previamente distribuída e que os senhores deputados têm conhecimento.

Devemos, antes de entrar no período de antes da ordem do dia, submeter à apreciação do plenário, a inclusão ou não, conforme for votado, da saudação ao nascimento de Luís Vaz de Camões, que foi apresentada pelo CHEGA, pelo ter sido, nos termos do regimento, apresentada depois do prazo de entrega das propostas. Se o plenário aceitar a inclusão para discussão e votação desta saudação será incluída.

Os senhores deputados e deputadas querem intervir?

Afonso Luz (CDU) – O Regimento da Assembleia permite que sejam aceites documentos entrados depois da do prazo que está estabelecido, mas essa exceção creio que está aberta com o sentido de ter em conta acontecimentos entre a data limite que temos para apresentação de documentos para o período antes da ordem do dia e o início da sessão da Assembleia Municipal.

Ora, trata-se aqui de uma saudação de algo que ocorreu em janeiro, penso que teria tido mais que tempo para ser entregue em devido prazo.

Não iremos votar contra a sua admissão, mas de qualquer modo, gostaríamos que isto não se tornasse num precedente que venha a ter depois consequências, outras que não aquelas que pretendemos, que é, às tantas, todas as forças políticas desatarem aqui entregar documentos fora de prazo à espera que elas sejam depois aceites pela Assembleia.

Luís Maurício (CH) – Infelizmente foi entregue fora de prazo, por isso peço desculpa a todos, devido a tantos de nós estarmos numa campanha eleitoral e isto não serve de desculpa, mas é um pouco mais de articular uma campanha em que todos nós estamos envolvidos, contudo peço desculpa a todos por termos excedido o prazo.

Se for admitido, nós aceitamos, se não for admitido, também vamos aceitar da mesma maneira. Mais uma vez, a nossa desculpa a todos os deputados desta assembleia.

Presidente da Mesa – Há mais alguma observação sobre esta questão?

Não. Então vamos votar a admissão desta saudação para inclusão no período de antes da ordem do dia.

Foi aprovada a admissão e é incluída no período de antes da ordem do dia e será discutida segundo a ordem de entrada.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 27 de dezembro de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 11 de janeiro de 2024

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.



B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Mariana Crespo (PAN) – O executivo de Setúbal apoia financeiramente, e bem, um conjunto de IPSS e associações. Gostaria de ver esclarecido, se possível, o estado de liquidação dos apoios sociais a estas associações referentes a 2023, ou seja, se já foram pagos todos os apoios devidos e se não, qual o prazo ou expectativa para estes apoios serem liquidados.

Rui Lamim (PSD) – No passado dia 27 de setembro o Sr. Presidente afirmou, quando lhe perguntámos acerca da execução do contrato de estacionamento tarifado, que o executivo ia fazendo a sua própria avaliação do cumprimento do contrato e ia tomando as decisões nessa matéria. Na reunião seguinte, na reunião de 11 de janeiro, já este ano, a vereadora do pelouro afirmou que *“Considerando o incumprimento, está a ser avaliada juridicamente a forma de atuar junto de concessão ou do concessionário.”*.

Trago, outra vez, este tema aqui a esta assembleia, porque faz agora um ano que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade da Assembleia Municipal produziu e aprovou um relatório sobre o estacionamento tarifado com um conjunto de recomendações, 10 recomendações, entre as quais a participação de informação, nomeadamente no relatório trimestral da evolução desse mesmo contrato e a eventual alteração do mesmo. Pergunto, que decisões foram tomadas até ao momento e que ações é que a Câmara no futuro pretende tomar relativamente a este assunto?

Um segundo tema, tem a ver com o fecho da estrada entre Galapos e a Figueirinha, soubemos pela comunicação social detalhes sobre a evolução do problema e pedia informações aqui à Assembleia Municipal sobre este mesmo assunto.

Simão Calixto (CDU) – Quero fazer aqui uma questão relativa ao Centro de Saúde de Azeitão, que finalmente abriu, mas não podia deixar de fazer notar e solicitava que o Sr. Presidente da Câmara ou o executivo nos pudesse esclarecer. Tem havido pessoas a queixar-se que não estarão todos os médicos, não estarão todos os enfermeiros e que vão para a porta do Centro de Saúde de madrugada com a expectativa de que uma infraestrutura qualificada e nova esteja a funcionar a 100% e, na verdade, não está. Portanto, gostaria de obter alguma informação por parte do executivo neste sentido.

Vítor Rosa (BE) – Duas pequenas questões, aliás, uma já foi colocada pelo PSD, que era a questão relativamente ao corte das estradas da Arrábida, em que ponto da situação é que estamos?

A outra era relativamente à questão da refinaria de lítio na zona da Mitrena, uma vez que na Assembleia extraordinária de 31 de outubro de 2023 perguntei sobre o investimento da instalação desta refinaria, consulta pública da proposta de definição de âmbito do PDA do estudo de impacto ambiental, que foi feito de 24 de agosto a 13 de setembro de 2022, pergunto em que ponto se encontra o processo deste investimento do estudo de impacto ambiental e qual a intervenção da Câmara no mesmo presentemente.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente, em Setúbal, diante dos desafios na saúde, enfrentamos uma escolha crítica, esperar pelas soluções ou ser parte ativa na sua criação. A decisão da Câmara Municipal de não participar na gestão da Unidade Local de Saúde destaca esta encruzilhada. Compreendemos as preocupações, mas a liderança verdadeira exige enfrentar problemas, não os evitar. Estar à margem não é uma opção quando a comunidade depende de nós para avançar, a colaboração entre a Câmara e a Unidade Local de Saúde não é só desejável, é vital para o bem-estar de todos em Setúbal.

Não podemos ser espectadores na saúde, é hora de agir e ser parte da solução. A minha questão Sr. Presidente, sobre este assunto em relação à saúde, quando é que pretende agir e indicar um representante do executivo para a Unidade Local de Saúde?

O segundo ponto tem a ver com a mobilidade, que já na assembleia passada tinha feito uma questão sobre o tema, porque precisamos de uma mobilidade urbana que respeite a segurança e o conforto dos setubalenses. Reforço as nossas preocupações, a problemática do estacionamento em frente a paragens de autocarro e a falta de abrigos adequados nessas paragens deixando os nossos cidadãos à mercê do tempo. Chamar a atenção para estes problemas que comprometem a mobilidade e a segurança dos utentes do transporte público.

Questionamos, que fiscalização está a Câmara Municipal a efetuar para resolver estas questões? Que medidas urgentes serão tomadas para assegurar que os autocarros têm espaço para parar nas paragens e os passageiros poderem entrar? É necessário um lugar digno de espera.

Gostávamos, ainda, de questionar o Sr. Presidente para saber se acompanha ou o que é que o executivo faz junto da TML sobre as queixas dos utentes, nomeadamente no incumprimento dos horários e a ausência dos mesmos.

Por fim, Sr. Presidente, colocava ainda uma questão, face à exigência da lei que impõe aos municípios a obrigatoriedade de estabelecer até janeiro de 2025, uma rede de pontos de recolha para o descarte seguro de resíduos urbanos perigosos, incluindo materiais corto-perfurantes como seringas e agulhas usadas em contexto doméstico por diabéticos ou outros doentes, gostava de saber que medidas e estratégias estão a ser preparadas para assegurar a implementação destas infraestruturas essenciais.

António Costa Ferreira (PSD) – Trago apenas duas questões que são simples, mas que se arrastam no tempo. A Estrada dos Ciprestes, perguntava ao executivo para quando a conclusão das obras? Isto vem dar razão às múltiplas intervenções do PSD que sempre disse que era uma Estrada sem projeto, sem plano, sem planeamento e sem preparação da obra. O facto é que se passaram mais de 3 anos e estão as obras por concluir.

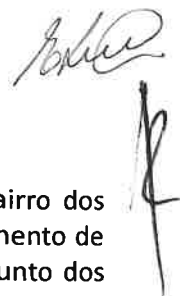
A segunda questão era sobre uma passadeira para peões que está localizada na Avenida Belo Horizonte, no entroncamento junto ao café Bandarra, que está praticamente desaparecida, mas com a agravante que é uma passadeira onde não se respeitam as regras mínimas de visibilidade, nem paragem, quer para os utentes quer para os automobilistas. É uma questão que aqui deixo para que façam intervenção e que restabeleçam as condições de segurança.

Ilídio Ferreira (PS) – Passei na semana passada, já não ia há algum tempo, pelo Parque da Várzea e verifiquei duas situações, para as quais chamava a atenção do executivo. Uma é relativamente ao poço que lá se encontra, ele tem uma vedação de rede, mas que não impossibilita a entrada junto do poço e não me pareceu, pelo menos vendo de fora da rede, que o poço estivesse tapado. Há ali um risco de, eventualmente, alguém entrar dentro da vedação e cair ao poço.

Relativamente a umas casas que existem, também, dentro do parque, creio que três estão abertas, algumas já vandalizadas, já teriam estado tapadas e estão abertas e, para a saúde pública e para a segurança, era bom que elas fossem completamente tapadas para não permitir que entrem pessoas lá dentro.

José Ferreira (CH) – Durante as últimas semanas verificamos que os serviços operacionais do município repararam algumas passadeiras que se apresentavam com anomalias e alguns buracos, até aí nada a dizer, o motivo desta nossa intervenção é no sentido que essas mesmas reparações têm sido com remendos de alcatrão por cima de algumas passadeiras que têm calçada portuguesa, uma arte que passou a estar inscrita no inventário do Património Cultural e Imaterial desde 2021. Assim, considera o partido CHEGA que é um atentado à nossa cultura. Acreditando a nossa bancada que esta situação tenha uma resolução, vem a mesma solicitar que o Município possa contornar essa situação.

Depois outra situação, que é o estado lamentável de conservação e manutenção do Cemitério de Algeruz, nomeadamente junto às campas, onde se verificam enormes ervas e outros verdes que necessitam urgentemente de serem cortadas. Entendemos que os setubalenses e azeitonenses merecem mais e melhores condições sempre que visitam os seus entes queridos ali sepultados e, nesse sentido, a bancada do partido CHEGA alerta e questiona o executivo para quando uma intervenção naquele espaço?



Uma última nota, reportar que o bebedouro, situado no Parque Infantil “Grito do povo”, no Bairro dos Pescadores, encontra-se com perda de água há alguns dias e tendo a bancada do CHEGA conhecimento de que essas intervenções são a cargo do município, solicitamos que o executivo possa interceder junto dos serviços competentes a fim de solucionar esta situação.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Vou tentar responder às questões que foram colocadas, creio que tomei nota de todas.

Senhora Deputada Mariana Crespo, relativamente aos apoios que a Câmara Municipal decidiu para 2023 a informação que tenho é que foram todos pagos às IPSS e às outras entidades também. Relativamente a 2024 não tenho aqui a informação do planeamento desse pagamento, mas numa próxima oportunidade essa informação será transmitida.

Senhor deputado do PSD, Rui Lamim, relativamente ao estacionamento e à situação do contrato, quero chamar a atenção que a Câmara Municipal, por deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal, estabeleceu um contrato de estacionamento tarifado com uma empresa, esse contrato tem responsabilidades do concedente, mas também responsabilidades da concessionária. O que tenho sempre vindo a informar é que tem havido um diálogo entre a Câmara Municipal, os serviços da Câmara Municipal, e a empresa no sentido de encontrar um caminho que penalize o menos possível ou que não penalize nada as populações.

Algumas situações que têm sido denunciadas, até pelos munícipes, nós temos chamado a atenção e muitas dessas chamadas de atenção têm vindo a ser corrigidas. Há algumas outras situações que também já referi na Câmara Municipal e creio que aqui na Assembleia Municipal que, no ano passado, algumas situações que solicitámos à empresa para corrigir ou no sentido de haver a possibilidade de corrigir e que, naturalmente isto significa a alteração do contrato. Nas conversações que houve com a empresa, a empresa manifestou essa disponibilidade para fazer essas alterações. Neste momento, está a decorrer um prazo que foi formal para que a empresa possa fazer as alterações que foram solicitadas. Está a decorrer esse prazo, daqui até ao final do prazo vamos ver como é que a empresa reage. Naturalmente, estamos a falar já de uma formalização das questões que foram colocadas e até ao final do prazo o que nos compete, nos termos do contrato e nos termos da lei, é aguardar para ver como é que a empresa vai reagir a essas questões que foram formalmente colocadas.

Quero chamar a atenção, senhores deputados, já referi e voltava a acentuar, há um contrato entre duas partes e que esse contrato tem penalizações. Estamos a falar de um contrato de 40 anos e as penalizações são, como devem compreender, algo pesadas, tanto para uma parte como para a outra. O que eu acho é que temos de seguir aquilo que são os termos do contrato, designadamente o caderno de encargos das obrigações e há também um quadro legal que temos de respeitar. Há sempre uma possibilidade de a Câmara Municipal vir a tomar decisões políticas relativamente a este contrato, mas como devem compreender, e é por isso que também estou a chamar a atenção, que essas decisões políticas têm consequências e temos de ser bem ponderados nessas consequências.

Chamo a atenção para isto, porque muitas vezes quando a empresa não faz aquilo que seria normal que fizesse na sua intervenção, naturalmente que compreendemos a forma como os munícipes reagem a isso. Nós fazemos o nosso trabalho chamando a atenção e desta vez com a formalização das questões que colocámos e já estamos numa fase posterior da relação neste processo.

Peço que aguardemos a reação formal, também, da empresa às questões que foram colocadas, portanto, cumprindo aquilo que são os termos do regulamento deste contrato e também do quadro legal que enquadra este tipo de contratos.

Relativamente à questão do fecho da estrada das praias da Arrábida, creio que já expressei por várias vezes o que aconteceu em fevereiro de 2023, na sequência de uma informação e de documentação visual, registada através de drone pela Proteção Civil Municipal, e na sequência de uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, tomámos conhecimento de uma situação grave em que envolvemos de seguida todos os agentes que têm responsabilidades neste processo. Quero que fique bem claro que a rocha que está numa situação de desprendimento no cimo da ravina, situa-se numa propriedade privada e em pleno Parque Natural da Arrábida e a Câmara Municipal não tem sequer competência para intervir nesta situação, mas a Câmara Municipal não é alheia a que o seu desprendimento ponha em causa ou poderá pôr em causa o risco de pessoas e bens e nessa perspetiva tomou as iniciativas que entendeu necessárias e convenientes.

Como já referi, tivemos reuniões com várias entidades, designadamente com o ICNF que tem técnicos especializados nesta temática, porque há outras áreas protegidas no país que têm com alguma regularidade situações deste tipo e, nesse quadro, nós entendemos que deveríamos solicitar uma reunião ao Sr. Ministro do Ambiente. Solicitámos essa reunião, o Sr. Ministro propôs que a reunião fosse realizada com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e com o Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza. Nessa reunião foram apresentadas as imagens e a situação grave que ali estava, o que concluímos é que se deveria primeiro avançar para um estudo que indicasse melhor as condições técnicas e que as avaliasse e que, também, desse a indicação da forma da intervenção. Há várias formas, há vários tipos de intervenção, mas primeiro é necessário estudar as condições em que se encontra a rocha e toda a envolvente, para isso era necessário contar com a colaboração de algumas empresas da especialidade no sentido de haver informação que pudesse ajudar a elaborar um caderno de encargos para lançar um concurso público. A Secil que trabalha com essas empresas apresentou-nos dois relatórios de duas empresas e nós enviamos esses relatórios para o Sr. Secretário de Estado para podermos depois avaliar em conjunto a situação.

Enviámos esses relatórios em outubro e insistimos depois, talvez, mais de uma dezena de vezes e nunca obtivemos resposta para uma reunião. Entendemos que para uma intervenção destas é necessário que haja um documento que responsabilize os vários intervenientes neste processo, aliás, como acontece em outros processos e essa é, para nós, a questão central e por isso consideramos que era muito importante haver esta reunião. Como eu disse, não houve resposta dos Srs. Secretários de Estado e, como sabem, o Governo entrou em gestão e esta situação teve dificuldades acrescidas. O que nos surpreendeu foi que há dias um jornal nacional veio aqui colocar questões e depois apareceu alguém, em nome do Ministério do Ambiente, dizer que a Câmara Municipal já devia ter tomado iniciativas e que exigisse à empresa Secil que fizesse a intervenção. Achamos isto muito estranho, porque com tanta insistência da Câmara Municipal junto dos serviços do Sr. Secretário de Estado sem nunca ter havido resposta e após a iniciativa de um jornal Nacional já houve uma resposta. Naturalmente que não sabemos quem é que deu essa resposta por parte do Ministério do Ambiente, fica esta dúvida. O que posso dizer é que no dia 11, 12, quando tiver ou quando o Ministério do Ambiente tiver um responsável, a Câmara Municipal e eu próprio pediremos uma reunião no sentido de rapidamente podermos dar seguimento a este processo.

Era o que queria dizer, peço desculpa senhores deputados, mas os tempos são limitados e algumas respostas a algumas questões também levam o seu tempo.

c) Recomendações e Requerimentos

1. **Recomendação “Pela criação da figura do provedor Municipal dos Animais” (PAN e BE)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal irá abster-se baseado na falta de clareza quanto aos custos e ao financiamento desta Provedoria. Importa salientar, por exemplo, que a Câmara Municipal de Lisboa estimou um custo de 222 mil euros mais IVA para esta figura, no contexto atual onde o município já recorre a dívida, tanto para investimentos como para despesas operacionais, recomenda a compromissos financeiros adicionais sem uma análise detalhada, parece-nos imprudente.

Simão Calixto (CDU) – Esta questão do bem-estar animal merece, naturalmente, a melhor das atenções e o que entendemos sobre esta questão da figura de provedor é que contribui para desvalorizar o papel dos eleitos e, portanto, não estamos em condições de acompanhar esta iniciativa, deixando até um apelo a todos os eleitos, que eles próprios possam ser provedores de animais e de outras questões tão importantes para a nossa vida, mas que não se crie mais um intermediário, mais uma figura que desliga a população dos eleitos.

Ainda se encontrava ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, 16 votos contra da CDU e uma abstenção da IL.

2. Recomendação “Pela Revisão do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Não temos nada contra a revisão do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal, o que está em vigor até é do ano 2020, e nada temos contra a possibilidade de a Comissão apreciar, ainda assim, não queremos deixar de ressaltar que não podemos acompanhar uma recomendação à Câmara Municipal que atribui a uma comissão da Assembleia Municipal competências que são da própria câmara e esta recomendação, até pela desadequação do seu objeto, não nos parece possível ser apreciada.

Maria João Palma (PS) – A nossa bancada pela relevância que está intrínseca a esta recomendação, propõe que baixe à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal.

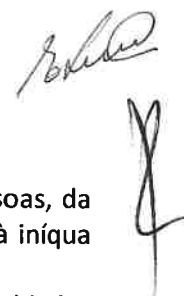
Não havendo mais intervenções, foi aprovado por unanimidade, a recomendação baixar à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “Solidariedade Ucrânia” (PPD/PSD) – (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Passam agora dois anos desde que a Federação Russa iniciou mais uma expansão territorial na Ucrânia com uma invasão militar. Surpreendente foi a brava receção dos invadidos perante a surpresa da ação russa e perante um grande desequilíbrio de forças militares que defendendo a sua pátria resistiram ao primeiro embate da indigna invasão russa. Nos dias de hoje, dois anos depois, continuam a lutar pela sobrevivência e integridade do seu país. A tantos quilómetros de distância dessa frente de batalha, somos solidários com o povo agredido, com o país invadido, aparentemente o mais fraco militarmente, identificamo-nos com a democracia. Do outro lado, do lado do invasor, uma ditadura que obriga o seu povo a combater uma iníqua guerra de conquista territorial, um regime que silencia meios de comunicação e elimina adversários políticos, uma ditadura.

Setúbal acolheu e ainda acolhe uma grande quantidade significativa de pessoas que são refugiados desta guerra. Em bom tempo, o município montou uma estrutura de acolhimento no contexto de uma solidária resposta nacional que teve um fim abrupto e prematuro na sequência de publicações de notícias na comunicação social sobre a conduta no acolhimento com posterior produção de relatórios de investigação pela Inspeção-Geral de Finanças ou encaminhado para a CNPD e outro para o Ministério Público.



O tempo passa, as notícias da carnificina na frente de batalha, das mortes, do sofrimento das pessoas, da destruição das cidades são contínuas e repetitivas, mas não nos insensibilizam, não nos acomodam à iníqua situação de um povo agredido por uma potência militar muito poderosa.

Por este meio, manifestamos solidariedade para com a nação e o povo ucraniano e para com os soldados russos obrigados a combater por um tirano.

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA vai votar favoravelmente a moção de solidariedade ao povo ucraniano e para assinalar que faz dois anos que a bárbara invasão da Ucrânia por parte da Rússia é o 10º aniversário da agressão e anexação de territórios ucranianos, ambos em total violação do direito internacional.

Ainda hoje ouvimos um ditador que diz, com todas as palavras e sem problemas, que não tem problema nenhum invadir outros países, algo que tem de ser imediatamente detido e tem de ser feita alguma coisa pelo bem-estar, não só da Europa, mas do mundo todo.

Simão Calixto (CDU) – Dizer que, naturalmente, acompanhamos a solidariedade para com o povo ucraniano, não nos revemos é nos termos desta moção que não contém um único apelo à paz e, por outro lado, omite o contributo que todas as forças políticas da oposição representadas nesta assembleia deram para o fim abrupto da estrutura de acolhimento a refugiados criada pelo Município de Setúbal. Por isso iremo-nos abster nesta moção.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções da CDU.

2. Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Solicitávamos que esta moção pudesse ser votada por pontos e queria, também, uma clarificação relativamente ao seu teor, porque a moção tem no seu texto, antes das deliberações, algo que é de natureza de saudação e gostaria de ouvir os proponentes.

Dora Mira (Junta de Freguesia do Sado) – Antes de apresentar a moção, a bancada gostava de solicitar a discussão conjunta de todas as moções acerca do Dia da Mulher.

Presidente da Mesa – Temos aqui uma moção e duas saudações, é claro que se os autores não se opuserem e se o plenário aceitar poder-se-á discutir conjuntamente e votar-se separadamente.

Paulo Lopes (PS) – Pelo menos da parte do PS e em relação à saudação do Partido Socialista, acho que não faz sentido discutir junto, porque é uma saudação mais genérica e gostaríamos que fosse discutida e votada à parte.

Vítor Rosa (BE) – A saudação do Bloco abrange, também, a questão dos 17 anos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez que, sendo um tema que corresponde, de facto, ao problema da mulher, mas que tem outras características e penso que faria todo o sentido essa discussão.

Presidente da Mesa – Duas em três, não estão de acordo e vai-se discutir uma a uma, até porque algumas vezes é a forma como as moções ou as saudações são apresentadas ou os seus pressupostos que levam a uma posição deliberativa diferente.

Vamos continuar com a discussão desta moção.

Dora Mira (Junta de Freguesia do Sado) – Vou então apresentar a moção da bancada da CDU.

No Dia Internacional da Mulher é crucial lembrar a luta contínua das mulheres por direitos e igualdade, desde o combate ao fascismo até às demandas por condições de trabalho justas, a data representa a perseverança das mulheres na busca por dignidade e justiça.

A CDU propõe com esta moção que a Assembleia Municipal se comprometa a defender os direitos da mulher, a promover a sua participação histórica e propor medidas para garantir igualdade de acesso a serviços públicos e apoio às vítimas de violência doméstica. Esta causa é de todos e deve ser apoiada por todos.

Flávio Lança (IL) – Uma intervenção muito breve e quero pedir ao proponente desta moção se se importava de, em vez de dizerem, *“bem como as trabalhadoras da autarquia”*, incluírem *“todas as trabalhadoras do nosso concelho”*, acho que já que saudamos deveríamos saudar todas as trabalhadoras do nosso concelho.

Paula Soeiro (PSD) – Senhor Presidente uma interpolação, se faz favor.

Não ficou claro se era possível ao proponente da moção aceitar a votação por pontos.

Presidente da Mesa – O que estava colocado era a discussão conjunta e a votação em separado, não me apercebi dessa proposta de votação por pontos.

A votação é admissível ou não?

Simão Calixto (CDU) – Em relação à votação por pontos, claro que sim. Relativamente à questão da Iniciativa Liberal, penso que saudar as mulheres do concelho é saudar todas, é só um destaque para as trabalhadoras da autarquia, sendo que é uma moção que se está a propor na Assembleia Municipal, é só por isso, ou das autarquias aqui do concelho é nesse sentido.

Entrou na Sala de Sessões o Deputado Municipal da CDU que se encontrava em falta.

Paula Soeiro (PSD) – Nesse sentido, tentar aqui clarificar porque é que a nossa bancada solicita a votação por pontos.

Primeiro, se existem duas visões na CDU relativamente a esta matéria, isto porque a moção que aqui está nas suas alíneas c) e d) têm teor contrário ou que parece contradizer aquilo que consta na visão e na mensagem do Sr. Presidente do Executivo que consta do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação que foi aprovado, por unanimidade em 21/06/2023.

Concretamente na alínea c), abstenho-me de fazer o resto da leitura diz, *“a inclusão de medidas com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia”*, naquilo que é a visão e a mensagem do Sr. Presidente e que foi aprovado por unanimidade, acredita-se que a mudança se deve partir do local para o nacional e, por isso, será mais eficaz e autêntica.

Na alínea d), daí a contradição que possivelmente existe nestas duas visões, que é bem possível dentro da mesma força política e partidária, também a mesma diferença em termos daquilo que é a responsabilização dizendo que assume o município o compromisso de superação das desigualdades. Nesse sentido foi pedido a diferença entre as duas alíneas.

Vanessa Silva (CDU) – Não existe, de facto, na nossa ótica, na nossa leitura e na nossa propositura nenhuma visão diferenciada, trata-se de dois mecanismos diferentes, uma coisa são as políticas locais que concorrem para esta superação das desigualdades, outra coisa é exigir ao poder central que assuma as competências ao nível da política nacional. Portanto, são duas questões que são complementares, não nos parece haver nenhuma questão que aqui seja dissonante entre uma visão e outra.

Aquilo que queremos propor aqui é o que propomos, não é a outra parte que já achamos que está garantido, que é a parte local e que é um Plano Municipal e que tem políticas locais que visam a superação das desigualdades.

Presidente da Mesa – Tendo sido aceite a votação ponto a ponto, vamos então votar a parte deliberativa desta moção.

Alínea a) – Aprovada por unanimidade.

Alínea b) – Aprovada por unanimidade.

Alínea c) – Aprovada por maioria, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 votos contra do PPD/PSD.

Alínea d) – Aprovada por maioria, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 votos contra do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção, na sua globalidade, aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Moção “Pela Paz e cooperação” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA é sempre a favor da paz, mas quando temos um texto cheio de falácias, onde conseguem deslumbrar nos melhores filmes de Hollywood, a instigação da União Europeia e da NATO é algo que nos faz pensar.

Relembrar que Portugal é um dos 12 membros fundadores da NATO, a Aliança de Defesa Coletiva entre países norte-americanos e europeus, instituída pelo Tratado de Washington a 4 de abril de 1949.

Devido às enormes incoerências do texto, o partido CHEGA vai votar contra esta proposta.

Simão Calixto (CDU) – Só relembrar a todos que, de facto, Portugal tem na sua Constituição, no seu artigo 7º., no ponto 2, que Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como de armamento geral, simultâneo e controlado e a dissolução dos blocos político-militares e um sistema de segurança coletiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Paulo Lopes (PS) – Sobre esta moção pela paz e cooperação, apresentada pela CDU, começaria por dizer que Portugal manifestou a forte determinação da defesa e integridade do território ucraniano e bem.

A via da negociação só pode ter um objetivo, que é a retirada das tropas russas de todo o solo ucraniano. Hoje a Rússia invadiu a Ucrânia, outros países poderão seguir-se, aliás, já há notícias como a própria Moldova que estará muito preocupada com possíveis movimentos separatistas pró-russos que não visam outra coisa senão uma justificação para a Rússia poder entrar e invadir outros países.

Claramente que somos pró-Nato, claramente que entendemos que a Aliança Atlântica é a nossa garantia de segurança internacional, claramente que entendemos que a União Europeia deve ter uma política europeia de defesa, claramente que entendemos que a paz só é possível, não sejamos ingénuos e os senhores não o são e nós também não, se houver blocos fortes que impeçam tiranos e ditadores, blocos fortes que impeçam ditadores como Putin de invadir pela Europa e trazer a guerra 60 anos outra vez à Europa.

Por isso, não iremos votar favoravelmente esta moção, mas também é verdade que nos revemos em algumas partes deliberativas dela, nomeadamente naquilo que está a acontecer em Israel e na Palestina, mas mais uma vez aí a CDU, que já trouxe aqui várias moções sobre o conflito que está a acontecer na Palestina, não diz uma única palavra a condenar o terrorismo que tem acontecido pelo Hamas e também aqui entendemos que a CDU tem uma visão parcial e totalmente condicionada pelo ódio que tem às instituições ocidentais.

Vanessa Silva (CDU) – Gostaria de ler para que fique em Ata e também para quem nos acompanha conhecer o teor deliberativo da moção para se perceber claramente o desajuste da intervenção que acabámos de ouvir pelo PS.

Diz a parte deliberativa da proposta apresentada pela CDU: *“Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária a 29 de fevereiro de 2024:*

- 1. Expressa a sua solidariedade para com todas as vítimas da guerra e dos conflitos que deflagram pelo mundo;*
- 2. Expressa a sua solidariedade para com as vítimas da guerra que se trava na Ucrânia, e a que urge pôr fim;*
- 3. Insta a que o Estado português cumpra a sua Constituição, pugnando na cena internacional, designadamente na UE e na NATO, para que se deixe de instigar e alimentar o conflito e para que se abram vias de negociação, visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia;*
- 4. Expressa a sua solidariedade para com as vítimas da atual escalada de guerra na Palestina e em Israel;*
- 5. Condena a negação dos direitos nacionais do povo palestino e de violações do direito internacional por parte de Israel;*
- 6. Insta a que os EUA deixem de vetar as iniciativas que, no âmbito da ONU, têm preconizado um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza e a urgente e não condicionada ajuda humanitária à população palestina;*
- 7. Insta a uma urgente solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme determinam as resoluções da ONU, e apela ao Governo português a tomar iniciativas neste sentido.*
- 8. Manifesta o seu apoio a todos os que no mundo, perante o agudizar de conflitos, apelam às iniciativas de Paz, pugnando por um mundo de cooperação e amizade entre os povos.”*

Não preciso fazer mais nenhum tipo de apreciação, porque isto é o que diz esta moção e, senhores eleitos, é esta moção que estão a votar, não é nenhuma ideia do preconceito que têm sobre o que nós pensamos, o que nós passamos é o que está escrito e o que está escrito é o que está proposto para deliberação.

Afonso Luz (CDU) – Sobre esta moção ainda gostaria de acrescentar aqui uma questão, basicamente o que aqui colocamos nas deliberações corresponde àquilo que temos visto e ouvido da boca do Papa e eu gostaria de saber se os que intervieram anteriormente, quer do CHEGA e quer do PS, são contra aquilo que o Papa tem defendido sobre estas matérias?

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 9 votos contra, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e da IL, e 9 abstenções do PS.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto é muito breve e a única coisa que eu quero declarar aqui é sobre títulos como o desta moção, é que se escrevem textos que em nada contribuem para a paz.”*

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Por ser demasiado parcial, votámos contra este texto que já é habitual vindo da CDU. É claro que somos todos a favor pela paz no mundo, mas este texto não menciona a Rússia, o Irão, a Síria, o Líbano, ou os reféns e recorde, mais uma vez, o vosso silêncio pelo meio milhão de mortos aí nessa zona, na Síria, ou os 300 mil no Líbano. Por ser demasiado parcial, votamos contra.”*

4. Moção “Os utentes da Doca dos Pescadores merecem melhor!” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Miguel Augusto (CDU) – Nós trazemos aqui uma situação que urge resolver, que é como dissemos na Doca dos Pescadores, é uma obra que foi dada como concluída e que não funciona. A obra não funciona, foi um erro de cálculo que existiu, conforme está aqui apresentado.

Peço a atenção dos senhores, que não se pode dar como terminada uma obra que em si já está obsoleta e que foi iniciada sem haver contacto com os interessados, como aqui se diz, que já está obsoleta no seu início e na sua proposta, mas, contudo, avançou e chegámos à conclusão que não funciona.

Paulo Lopes (PS) – Nós iremos acompanhar a moção, no entanto, tentei informar-me sobre o que se passou realmente e tive aqui algumas informações que são um pouco contraditórias e, por isso, nada melhor do que as entidades voltarem a reunir e votarmos favoravelmente esta moção para que todos possam falar novamente.

Efetivamente a informação que recolhi foi que houve diversas reuniões com a Docapesca, com a APSS, com a Junta de Freguesia e as Associações locais em 2020 e 2021 para esta obra, a qual é apenas a 1ª fase e que seguirá uma 2ª fase que dará uma mobilidade muito maior para todos os barcos poderem subir no plano. Foi esta a informação, mas seja como for nada melhor do que voltarem a reunir e esclarecer todas as dúvidas e acima de tudo saber quando é que se iniciará a 2ª fase, porque isso é o que também interessa aos pescadores e aos utilizadores da rampa.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Este assunto realmente, para quem não conhece, pode ser difícil de abordar e parece que ambos estão a dizer verdade. Quer a intervenção do Miguel, quer a intervenção do Paulo podem dar a entender que estão a dizer a verdade e, se calhar, cada um está a dizer a sua verdade.

O que é importante, neste momento, é perceber que realmente houve estas reuniões todas, muitas reuniões de trabalho, muita auscultação e muitas questões que foram colocadas foi sobre um conjunto de problemas que têm a ver com o funcionamento da Doca dos Pescadores, que é ineficiente neste momento, não satisfaz ninguém, que é perigoso, tem seguro e que em alguns aspetos está completamente desatualizado em relação às necessidades que a nossa comunidade piscatória tem.

Dizer que, realmente, houve uma intervenção que pensávamos que era uma intervenção de fundo, que vinha requalificar um dos equipamentos e apenas um dos equipamentos da Docapesca, estou a falar concretamente do plano inclinado, que era um problema que estava em completa degradação e já em parte não funcionava. Foi feita uma obra da responsabilidade da Docapesca, segundo sei, na ordem dos 600 e muitos mil euros, em que se pretendia requalificar todo aquele equipamento de forma a servir condignamente a comunidade piscatória.

O que é que assistimos? O Miguel já disse ali uma questão que eu também subscrevo, é que nós propusemos que ele fosse renovado com novos métodos que existem hoje de elevação de embarcações para seco, não foi contemplada essa proposta, por isso voltámos ao velho sistema do plano inclinado de carros e calhas. Não só isso aconteceu, mas a intervenção foi tecnicamente mal feita e, neste momento, metade das embarcações de Setúbal não têm condições para aceder àquele equipamento, o que obriga a inspeções, vistorias, já para não falar em avarias ou problemas que existam de águas abertas no mar. Aquele equipamento que é quem deve socorrer a essas situações não está, neste momento, em condições de o poder fazer.

Isto quer dizer que o Estado Português gastou 600 e tal mil euros em pôr o equipamento que, neste momento, está bem pior do que aquilo que estava. É natural que as pessoas estejam insatisfeitas, que as associações da pesca, e não só, de todos os utilizadores, porque não é só a pesca que utiliza aquele equipamento, não temos mais nenhum em Setúbal, o Recreio e o Marítimo-turística também utilizam. Enfim, todos aqueles que têm embarcações em Setúbal necessitam daquele equipamento para efetivamente fazer aquilo que é necessário, que é fazer vistorias regularmente e também fazerem a manutenção das suas embarcações.

Neste momento, o que acontece é que isto é assim, é assim e já foram chamadas as atenções à Docapesca e também à APSS, que é efetivamente a entidade que é dona do equipamento, apesar da concessão e a responsabilidade da gestão ser da Docapesca, o que é certo é que o que nos foi dito é que a obra está concluída e está concluída desta forma.

Está concluída em que grande parte das embarcações de Setúbal têm de ir fazer vistorias ou fazer efetivamente reparações para Sesimbra às suas custas e o estaleiro em Sesimbra já não tem capacidade para recolher mais embarcações. Neste momento, as pessoas estão a ter custos acrescidos, estão a ter dificuldades na organização do seu plano de vistorias e no seu plano de manutenção de embarcações devido a isto. Foi o que o Miguel também disse e já agora subscrevo e acompanho esta questão.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.

5. Moção “Pelo aumento urgente dos salários, combater o custo de vida” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA tem nas suas bandeiras o aumento de reformas aos pensionistas e um aumento de ordenados.

A bancada do partido CHEGA pensa ser um assunto que deve ser tratado na Assembleia da República, mas também quero lembrar a todos que a CDU esteve na geringonça e nada fez pelos reformados, por isso vamos votar em abstenção.

João Fidalgo (PS) – Relativamente a esta moção, tenho de trazer aqui à coação as palavras do Senhor de La Palisse, como foi apelidado pelo Ricardo Araújo Pereira, que para aumentar salários é preciso aumentar salários. Infelizmente, não é tão simples como isso, para aumentar salários, tal como o PS fez desde 2015 até ao presente momento em que o salário mínimo nacional foi aumentado dos 505 euros para 820 euros, que é o valor atual, é preciso transformar a economia, termos contas equilibradas, termos um Estado social forte, moderno, inclusivo, termos um território coeso, uma transição climática justa, uma democracia de qualidade para todos, um Portugal central na Europa e no mundo. É esta a proposta do PS para os quatro próximos anos na próxima legislatura e é isto que o PS tem tentado vir a fazer.

Agora moções que propõem um urgente aumento de salários para os mil euros já no próximo ano, não nos parece que seja totalmente sustentável, pelo menos, no ponto de vista do Partido Socialista.

Combater o custo de vida, se calhar, esta moção deveria propor não a remessa às estruturas representativas dos trabalhadores, mas talvez ao próprio Município de Setúbal para que este possa, eventualmente, adotar algumas medidas a nível local, a nível do município que ajudem a combater o custo de vida.

Como devem compreender, o PS irá votar contra a presente moção.

Flávio Lança (IL) – É inegável a necessidade de ajustar os rendimentos ao custo de vida, mas a moção em discussão não acompanha uma visão sustentável para a nossa economia.

Aumentar os salários sem medidas que garantam o crescimento económico e sem redução de impostos, não é realista. Os salários não só aumentam por decreto sob pena de as consequências serem mais negativas que positivas.

Votaremos contra esta moção, não por discordarmos da justiça social ou da necessidade de melhorar os rendimentos, mas porque acreditamos numa abordagem equilibrada que inclui o crescimento económico e alívio fiscal.

Luís Leitão (CDU) – A CDU apresentou esta moção uma vez que se trata aqui de distribuição de riqueza e distribuição de riqueza de quem trabalha e o que fica aqui patente daquilo que é o PS e daquilo que é a posição da Iniciativa Liberal é que tomam a opção pela parte do capital, não pela parte do trabalho e não pela parte dos trabalhadores.

Se não vejamos, uma grande empresa de Setúbal NAVIGATOR, ou seja, em 2022 e 2023 apresentou de lucros 660 milhões de euros e o que é que deu de aumentos? Deu 0,9% com o mínimo de 15 euros para os seus trabalhadores. O que é que a Iniciativa Liberal apresenta? Uma coisa, baixe os impostos para estes senhores. São questões de opção que estão nas políticas e, portanto, como não se distribui a riqueza, o que acontece é que podem vir estes discursos todos muito bem armados dizer que aumentámos muito ou que tentamos aumentar muito, mas aumentar salários para 2028 quando o dinheiro é preciso agora e a fome está a passar pela barriga de quem trabalha é agora, não é em 2028. É isto que apresentamos e que trazemos nesta moção, mas se quiserem outra, negociações na Autoeuropa que irá apresentar lucros estrondosos este ano, sabem quanto é que está a apresentar aos seus trabalhadores, 1,9% de aumento.

Flávio Lança (IL) – Só gostava de questionar aqui o senhor deputado da CDU, quantos trabalhadores da NAVIGATOR ganham abaixo dos mil euros? Acho que nós falamos das grandes empresas e a maior parte das grandes empresas já paga acima desses salários.

Eu diria que isto é uma não questão e os trabalhadores, os aumentos e a distribuição de riqueza, tal como disse, distribuição de riqueza significa que a riqueza seja gerada, não é distribuir riqueza de uma coisa que não existe e é isso que nós defendemos, é gerar riqueza e distribuí-la.

Luís Leitão (CDU) – Eu disse que os lucros da NAVIGATOR, 660 milhões de euros em 2022 e 2023, pelos vistos, a Iniciativa Liberal acha bem que os maiores fiquem com aquele dinheiro e se dê só 0,9% aos trabalhadores e 15€ de aumento mínimo. Está aqui a opção de classe que a Iniciativa Liberal apresenta.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 da IL, e 3 abstenções, 2 do CH e 1 do PAN.

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Social-Democrata votou contra esta moção, porque se as deliberações parecem inócuas, os considerandos que a justificam são afirmações irrealistas e até com certo pendor populista muito comum em período de campanha eleitoral.”*

João Fidalgo (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra esta presente moção, não porque seja contra o aumento dos salários, como aliás, o demonstrou nos últimos anos, não que seja contra medidas para combater o elevado custo de vida, mas sim, porque não nos parece que seja com recomendações, com moções às estruturas representativas dos trabalhadores que consigamos aumentar os salários e combater o custo de vida. Isso tem que ser feito através das políticas que têm sido desenvolvidas, em especial pelo Partido Socialista nos últimos anos.”*

6. Moção “A propósito do falecimento de Alexei Navalny” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Temos também um voto de pesar e temos a sugestão de discutir conjuntamente e votar separadamente. Vamos discutir esta moção e o voto de pesar?

Temos de alterar aqui a ordem de trabalhos, depois discutimos e votamos também seguir uma à outra.

Está em discussão a moção a propósito do falecimento de Alexei Navalny, apresentada pela CDU, e o voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista.

Vítor Rosa (BE) – Partindo do princípio que seria discutido separadamente, mas sem qualquer contraponto, ler aquilo que tinha aqui relativamente a cada uma das situações.

Quanto à moção da CDU dizer o seguinte, considerada a principal figura da oposição ao regime de Vladimir Putin que acaba de lançar a campanha para o seu 5º mandato na presidência, Navalny cumpria pena de 30 anos numa prisão na Sibéria. É nosso entendimento que a morte de um opositor político é sempre de condenar, em particular quando ele é efetuado por uma ditadura, que é o caso do atual Governo Russo, mandado por Vladimir Putin.

É essa falta de clareza, ou de coragem, como preferirem, que falta nesta moção da CDU, porque quando falamos à guarda de qualquer Estado é importante que tenhamos a coragem de identificar esse Estado e quem o governa, não pode haver espaço para a ambiguidade.

Porque repudiamos o assassinato de opositores políticos em todas as latitudes, o nosso voto é de abstenção relativamente a esta moção.

Luís Maurício (CH) – Sobre o falecimento de Alexei Navalny, vou só referir umas pequenas palavras que utilizou a porta-voz de Navalny, Kira Yarmysh, usou as redes sociais, nesta quarta-feira, para informar que o opositor russo foi torturado três dias a mando do Presidente Russo Vladimir Putin.

“Vocês não estão lidando com político, mas com um monstro sangrento.”, disse Navalny. Alexei Navalny tinha 47 anos, tinha uma pena de 30 anos num presídio no Ártico, só era alimentado quando os guardas assim o queriam, todos os apoiantes afirmaram que demoraram a entregar o corpo à família para esconder todos os vestígios de assassinato e os familiares não conseguiram assim saber se foi ou não assassinado. De todo o modo foi condenado pelos Estados Unidos, a União Europeia, todos culpam Vladimir Putin pela morte de Alexei Navalny. Alexei Navalny vivia num país que é estritamente apoiado pelo executivo aqui da nossa Câmara, pelo partido da CDU, e com isso demonstram que apoiam uma pessoa boa, chamada Vladimir Putin.

Simão Calixto (CDU) – Creio que mais claro do que esta moção que a CDU apresenta é difícil, no sentido em que a propósito da morte de um dissidente político num país na Rússia que, digo e reafirmo mais uma vez, a CDU não tem nada a ver com as políticas de Putin e da Federação Russa. Não temos nada a ver e nem queremos ter nada a ver com aquilo que lá se passa, porque é diametralmente oposto àquilo que defendemos e que representamos e os senhores parece que ainda não perceberam, aqui nesta casa e noutras, mas repito mais uma vez isso.

Em relação às questões que estão aqui nesta moção, parece-me que é evidente o respeito pelos direitos humanos, especialmente as responsabilidades que os Estados têm na proteção das pessoas privadas de liberdade e à sua guarda e exigem todas as situações o cabal esclarecimento e apuramento de eventuais responsabilidades. É isto que estamos aqui a propor à votação e não é mais nem menos do que isto.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do PAN e 1 da IL, 8 votos contra, 6 do PPD/PSD e 2 do CH, e uma abstenção do BE.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A declaração de voto vai relativamente à moção da CDU, na qual votámos contra, uma vez que esta moção é uma tentativa falhada, a nosso ver, de relativizar a morte de Navalny, porque é uma tentativa de retirar o que é absolutamente diferente nesta morte.*

A característica que é omitida é que Navalny era o maior opositor político de Putin, um ditador, que foi condenado e preso por uma justiça que é dependente do poder político e por motivos políticos morreu em circunstâncias ainda não apuradas numa colónia penal no Ártico. Estas características que são completamente distintas e únicas neste evento não foram referidas na moção da CDU, é uma pena. É uma pena, porque a CDU costumava posicionar-se como gente que consegue detetar um ditador, e com isto não está nessa posição.”

7. Voto de Pesar “Alexei Navalny” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Para além da consideração da figura de Navalny, importa também saber que antes de se tornar conhecido em toda a Rússia, pelas suas denúncias de corrupção, o percurso político de Navalny passou pelo Partido Liberal Yabloko, mas também por ligações ao movimento dos ultranacionalistas russos chegando a participar nas suas marchas contra os imigrantes e a apoiar atos de violência racista protagonizados pela extrema-direita em Moscovo.

Diz o PS que Navalny representa uma esperança de mudança do atual regime russo, um regime totalitário repressivo, uma mudança necessária para a obtenção da paz na Europa e no mundo como ficou demonstrado de forma evidente com a decisão da invasão da Ucrânia. Face ao passado de Alexei Navalny, permita-me o PS as minhas dúvidas sobre essas esperanças de mudança, outros há hoje aqui em Portugal com um passado semelhante que dizem que querem limpar Portugal por uma mudança e, de certeza, que não é essa a opinião do PS.

Acrescento que se estando de acordo no geral do conteúdo deste voto de pesar e cito, *“Alexei Navalny estava preso num campo de concentração, em condições desumanas, numa colónia penal, herdeira do antigo sistema soviético do Gulag, no Ártico, tendo sido sujeito a vários tipos de castigos severos como o confinamento solitário.”*

Era também importante referir outros campos de concentração ou parecidos, Guantanamo, por exemplo, ou o acordo entre a Itália e a Albânia para a deportação de imigrantes, ou o próprio acordo aprovado no Parlamento inglês para o envio para o Ruanda de imigrantes pelo Reino Unido. A democracia não está só em causa na Rússia, está também noutros cantos do mundo.

Face ao exposto o voto do Bloco é de abstenção a este voto de pesar.

Simão Calixto (CDU) – Sobre o voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista, acompanhamos, naturalmente, a parte do peso pela morte, não acompanhamos os considerandos que aqui estão e, portanto, nesse sentido a CDU vai votar contra este voto de pesar.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e uma abstenção do BE.

8. Resolução “Estado da Educação no Município de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Pedir aqui a retirada de uma alínea nos considerandos que não está correta, que é no ponto que diz aqui, “No âmbito da educação, o Decreto-Lei n.º 21/2019...”, alínea g), onde diz *“Educação para adultos: Os municípios são responsáveis pela promoção e gestão da oferta formativa destinada a adultos...”*, isto não está correto e pediria para o documento ficar sem esta alínea.

Presidente da Mesa – É retirada a alínea g), portanto o texto da resolução exclui esta alínea.

Não havendo mais intervenções, foi a resolução aprovada por unanimidade e em minuta.

III – SAUDAÇÕES E VOTOS DE LOUVOR

1. Saudação ao 8 de Março de 2024 e aos 17 anos da Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (BE) (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rafaela Nunes (PS) – A bancada do PS irá acompanhar esta saudação por acreditar que no ano em que se celebra o 50º aniversário da democracia em Portugal, se tem de defender os direitos das mulheres face às tendências a nível europeu, mas também no cenário português de forças de extrema-direita e também na direita. Não toleramos que sejam postos em causa direitos alcançados em democracia, não toleramos que haja ofensas à autonomia e integridade corporal das mulheres e não toleramos que se ponham em causa direitos tão importantes como a interrupção voluntária da gravidez e, por isso, neste ano é preciso defender a democracia destas investidas e não se permitir nem um passo atrás.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões sete Deputados Municipais, dois da CDU, dois do PS, dois do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Saudação “8 de Março, Dia Internacional da Mulher” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Relativamente à saudação aqui apresentada pelo Partido Socialista, gostaríamos, mas como não somos os autores, que um dos parágrafos que diz “*É ainda importante referir que os direitos das mulheres são dos primeiros a ser atacados pelas forças de extrema-direita.*”, também tivesse colocado “*e também igualmente em situações de radicalização cultural, partidária e religiosa, em situações de guerra e de conflito e em situações de carência económica*”.

Claro que a bancada do Partido Social Democrata repudia veementemente todas as formas de discriminação e violência de género que ainda marcam a nossa sociedade e evidentemente que a subscrevemos, porque volvidos 49 anos sobre um acontecimento que deu origem a um poema e música de Zeca Afonso, continuam a persistir preconceitos e discriminações.

Senhor Presidente permita-me a tolerância, vou só ler um pequeno excerto deste poema de Zeca Afonso, que é um excerto de um poema que se chama “Teresa Torga”:

*“No centro da Avenida,
No cruzamento da rua,
Às quatro em ponto perdida
Dançava uma mulher nua
A gente que via a cena
Correu para junto dela
No intuito de vesti-la
Mas surge António Capela
Que aproveitando a barbuda
Só pensa em fotografá-la
Mulher na democracia
Não é biombo de sala.”*

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um da CDU, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.



3. Saudação “Abertura de uma nova Unidade de Saúde de Azeitão” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Sobre isto o PS pretende tomar para si um investimento em que a sua responsabilidade é quase nula, não fossem os avanços desta Câmara em se ultrapassar nas suas próprias competências em ceder o terreno, assumir a obra e a sua fiscalização, construir acessos e infraestruturas e em que tudo isto representa um investimento superior a 1 milhão de euros do orçamento municipal, porque ainda estaríamos à espera que o Centro de Saúde fosse construído e abrisse.

Já agora, sobre o financiamento a 100%, não posso deixar de fazer notar que o Governo ainda não realizou o pagamento do valor que ficou acordado com o município, situação esta que certamente se repetirá no Centro de Saúde da Bela Vista e mais uma vez a Câmara Municipal, indo além das suas competências e substituindo-se ao Estado Central.

Resta-nos agora saber e, se calhar a bancada do PS, dado o seu papel de representantes do Governo aqui na nossa cidade, ainda consegue esclarecer quando é que teremos todos os médicos, os enfermeiros e os profissionais para que este Centro de Saúde e todos os outros funcionem a 100%.

Flávio Lança (IL) – Iremos acompanhar esta saudação, mas temos de dar nota que não nos revemos nos considerandos da mesma. Não podemos ignorar a realidade apresentada pelos números da unidade técnica de apoio orçamental que menciona que para o ano 2023 apenas 40% do orçamento do investimento previsto para a saúde foi efetivamente executado.

Marco Costa (PS) – O Partido Socialista sobre a abertura da nova Unidade de Saúde de Azeitão, temos a dizer que num período em que se debate tanto a importância deste investimento no SNS, uma importância vital e estratégica, o investimento na abertura desta Unidade de Saúde é uma evidência clara e inequívoca da aposta do Governo na requalificação e modernização do SNS.

Para quem teria dúvidas, esta é uma aposta clara num investimento onde este é mais necessário e onde tem uma melhor relação custo-benefício nos cuidados de saúde primários, na resposta de proximidade e rápida à população, na prevenção da saúde e inclusivamente o que proporciona descongestionamento da procura nas unidades hospitalares. É a prova de como existe um claro levantamento das necessidades da população, como neste caso, quando existe boa-fé e cooperação entre todos os organismos e instituições desde a União Europeia ao Governo, à ARS, à autarquia.

O Governo cumpre e investe para que o SNS resista e tenha cada vez mais e melhores condições de resposta à população na promoção e proteção da saúde, neste caso da Unidade de Saúde de Azeitão, na resposta à população daquela localidade, aos setubalenses e azeitonenses muito particularmente. Neste caso, ao contrário de outros, não ouvimos o Governo dizer que não investe mais na saúde, porque a União Europeia não proporciona mais meios financeiros, pelo contrário, a abertura da Unidade de Saúde local com perspetiva de abertura de outras unidades na Bela Vista, no Bairro do Liceu, com a ampliação em curso no Hospital de São Bernardo. Apelamos, também, à vossa honestidade política e intelectual no reconhecimento que muito provavelmente nunca houve ou se houve já foi há muito tempo, uma intenção tão clara e uma concretização tão clara dessa intenção no investimento no SNS e no investimento do SNS no concelho de Setúbal particularmente, como foi feita por estes últimos anos deste Governo.

Nada somos contra, também, o investimento dos privados na saúde, mas muito provavelmente se tivéssemos um Governo mais à direita em vez de nascerem equipamentos como a Unidade de Saúde de Azeitão, nasceriam mais equipamentos privados.

Esses equipamentos privados também fazem falta, também são necessários, mas o que é inequívoco é que esta aposta no SNS é imprescindível para assegurar a democratização, a universalidade dos cuidados para proporcionar a justiça e igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e para assegurar a prestação de cuidados mesmo quando não existem privados nesse local ou quando a população não pode recorrer a esses privados.

O PS saúda assim, com esta saudação, a abertura desta Unidade de Saúde de Azeitão e todos os que colaboraram, todos sem exceção, para que tal fosse possível e para a sua abertura e funcionamento. Todos os utentes que, também, terão oportunidade na resposta ao que o deputado Simão Calixto disse de participativamente melhorarem a prestação de serviços que lá é prestada. Saúda, também, todos os utentes que, a partir de agora, a partir dessa data de abertura, poderão beneficiar, finalmente, de mais e melhores serviços de proximidade no cuidado, na promoção da sua saúde e na prevenção da sua doença.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um da CDU e dois do PSD.

Não havendo intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 16 votos contra da CDU, 13 votos a favor, 9 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do BE.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Só para reforçar que, apesar de termos votado favoravelmente, a moção foi vencida pelos votos contra das outras forças políticas e quero salientar que, muito honestamente, não percebemos como é que quem critica constantemente que não há investimento no SNS, que este Governo não investe, que quando se está perante uma saudação à abertura de um equipamento desta importância vital para o concelho de Setúbal, quando se está perante uma saudação à abertura de um equipamento como a Unidade de Saúde de Azeitão que dá resposta aos anseios da população e que dá resposta ao que a autarquia pedia há muito tempo, quando se está perante uma saudação que defende os utentes de Azeitão e a prestação de cuidados de saúde primários, como é que honestamente conseguem opor-se a esta ideia.*

São livres e estamos em democracia, mas ressalvo aqui que para quem defende que não há aposta no SNS, depois quem diz isso também vota contra quando existe essa aposta.”

4. Saudação ao Nascimento de Luís Vaz de Camões (CH) (conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – À boleia do nosso distinto vate o CHEGA tenta incutir os seus valores retrógrados, vejamos, *“refletir sobre o nosso passado glorioso”*, qual passado glorioso? O glorioso império Ultramarino que nos levou para a batalha, que nos levou sobre a batuta do Governo de Salazar para a guerra contra os povos africanos? *“O fraco rei faz fraca a forte gente”* numa alusão à liderança e ao seu impacto no destino da nação, como as decisões tomadas no seio de palácios do poder, ou seja, recorremos ao populismo bacoco ou levamos a que qualquer semelhança com o discurso do líder do CHEGA não é pura coincidência.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, ecoa como um lembrete de que estamos no momento de escolha e invocação do poema de Camões para mera propaganda política. O espelho da alma Lusa reflete-se, diz esta saudação, nesses valores imortais, a tenacidade, a integridade, a fé na justiça e na ordem que nos deve guiar. Estes valores, diga-se em abono da verdade, não são exclusivos da alma Lusa, o espírito português soube encontrar a luz, este espírito messiânico, não me lembro de estar na obra de Camões e que remete, sim, para esse espírito messiânico do seu líder do CHEGA. Deixem o Camões em paz, por favor. Votamos contra.

Paulo Lopes (PS) – Celebramos Camões no dia 10 de junho, é assim e sempre foi assim e é no dia maior do país, o dia de Portugal, o dia da Língua Portuguesa e o dia das Forças Armadas. Já agora o dia dos meus anos. Não rimou, mas dá mais uma tolerância de 15 segundos, pelo menos.

Nada temos a opor celebrarmos, a título excepcional, os 500 anos do nascimento de Camões, mas sabemos que o CHEGA gosta muito de alterar datas, prefere o 25 de Novembro ao 25 de Abril, nós continuamos a preferir, além do 25 de Abril ao dia 25 de Novembro, o 10 de Junho ao dia 23 de Janeiro. Não iremos acompanhar esta moção.



Nuno Carvalho (PSD) – Para poesia, de facto, não sou muito bom, mas vou tentar cumprir os 30 segundos. O PSD não tem nada contra qualquer data, aliás, não tem nada contra o 25 de Novembro, não tem nada contra o 25 de Abril e, portanto, não estamos contra datas ou não pomos uma data em detrimento de outra. Se há aqui algo que deve ser assinalado, independentemente do aniversário do deputado municipal Paulo Lopes, com todo o respeito, mas se há aqui outra data que deve ser assinalada e que o CHEGA aqui traz e é uma data que orgulha todos os portugueses pelo passado que Camões representa do ponto de vista daquilo que é o impacto literário que teve, e que não é apenas um património português, é um património mundial com origem em Portugal.

Isso, naturalmente, é uma coisa que acompanharemos sem prejuízo de todas e quaisquer outras datas, nós sabemos analisar esta moção por aquilo que ela própria vale e ela vale por aquilo que o nosso país até hoje construiu.

Afonso Luz (CDU) – Dizer que temos um enorme respeito e admiração pela obra e pela vida de Camões, aliás, obra que não se limita, felizmente aos Lusíadas, mas que os termos utilizados nesta saudação, a sua extemporaneidade, porque vem apresentada um mês e tal depois da data que se propõe saudar.

Também o final do documento que nos é apresentado, diz que à data de hoje recomenda à Câmara Municipal que se associe às iniciativas de celebração que decorrerão por todo o país. Nós nem damos conta, pode ser ignorância minha, mas não demos conta de uma iniciativa que se tivesse dado, nem que se venha a dar sobre esta data. O que é comemorado aqui é o 10 de Junho e não, como aqui é referido, a data de nascimento, por isso também não acompanhamos esta saudação.

Flávio lança (IL) – Só para dar aqui nota de que Luís Vaz de Camões é, sem dúvida, uma figura que se destaca na história de Portugal, contudo, temos algumas dúvidas relativamente aos relatos do texto e que não nos é possível validar, porque recebemos o documento no início desta assembleia.

Pedimos ao partido CHEGA que reconsidere retirar esta saudação e apresentar no dia 10 de Junho, caso contrário, nós iremos votar contra.

Presidente da Mesa – Esta proposta de alterar a data não é aceite pelo CHEGA, pois não? Muito bem.

Vamos passar a votos retirando aqui, já que a discussão é feita, uma homenagem e o respeito ao nosso poeta maior, ao Luís de Camões, uma crítica a quem estando no poder a dirigir a cultura se esqueceu dos 5 séculos de Luís Vaz de Camões, também é justa.

Afastando os oportunismos políticos de qualquer lado que possam ser trazidos ao nosso poeta maior a propósito dos seus 500 anos, é nesse sentido que devemos votar.

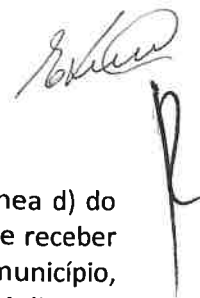
Luís Maurício (CH) – É só para informar a todos que as comemorações dos 500 anos de aniversário de Luís Camões, vão começar em março, não começaram mais cedo por causa do período eleitoral.

A partir de março, por todo o país, vai haver comemorações, por isso senhor Afonso é só ver o programa que é muito vasto, onde vão ter várias literaturas de Luís de Camões, onde vão ter vários programas e todos deviam ir, todos deviam olhar para a nossa história. Honrem a nossa história!

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, 7 votos a favor, 6 do PPD/PSD e 1 do CH, e 9 abstenções, 8 do PS e 1 do PAN.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, solicitei que me fosse dada a palavra para apresentar, nos termos do regimento, uma reclamação/protesto, conforme se entender, que vou passar a ler.



O número 2, da alínea d), do artigo 13 do regimento da Assembleia Municipal e o número 2, alínea d) do artigo 25 da Lei, 75/2013, referem como uma das competências da Assembleia Municipal, solicitar e receber informação através da Mesa e a pedido de qualquer membro sobre assuntos de interesse para o município, sobre a execução de deliberações anteriores.” A alínea s) do número um do artigo 35 da referida Lei diz que: *“É uma das competências do Presidente da Câmara Municipal, responder em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta.”*.

O regimento da Assembleia Municipal atribui como uma das competências da Mesa da Assembleia Municipal no número um, alínea i): *“Requerer à Câmara Municipal ou aos seus membros a documentação e informação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal, assim como ao desempenho das suas funções num prazo máximo de 30 dias após solicitação da Mesa da Assembleia Municipal.”*. Parece claro que decorre da Lei 75/2013 e do Regimento da Assembleia Municipal que cabe à Mesa da Assembleia pugnar para que a Câmara responda em tempo útil às informações solicitadas pelos membros da Assembleia Municipal, através da Mesa, definindo mesmo a Lei 75/2013, que tal se verifique em tempo útil de modo a permitir a sua apreciação na reunião seguinte da Assembleia Municipal e o Regimento da Assembleia Municipal vai mais longe, fixando um prazo de 30 dias.

Atendendo ao antes referido, venho, nos termos da alínea e) do artigo 12 do Regimento, apresentar a minha reclamação, o meu protesto por ter apresentado no passado dia 19 de setembro de 2023 um requerimento solicitando informações e elementos sobre dois processos que têm preocupado esta Assembleia Municipal, tendo inclusive sido objeto de apreciações por duas comissões, Processo de Acompanhamento da Concessão de Gestão de Estacionamento Tarifado e o Processo da Herdade da Comenda. Como é do conhecimento da Assembleia Municipal, os relatórios dessas comissões aprovados no dia 24 de fevereiro de 2023, há mais de um ano, foram aprovadas recomendações para a Câmara Municipal levar a cabo algumas ações e prestado periodicamente informação a esta Assembleia Municipal e aos deputados municipais, o que a câmara nunca cumpriu.

Se é certo que a lei não obriga a câmara a cumprir as recomendações da Assembleia Municipal, o que não deixa de significar, em meu entender, desrespeito e desconsideração do órgão executivo para com um órgão deliberativo do município, a Lei obriga que o órgão Câmara Municipal e, em particular, o seu Presidente cumpram com o que determina a Lei 75/2013, solicito assim que a Mesa da Assembleia Municipal registre este meu protesto e tome as medidas convenientes e necessárias para que a Câmara Municipal cumpra a Lei.

Presidente da Mesa – O senhor deputado fez aqui agora um ziguezague formal. Deixou passar o período de interpelação ao executivo, deixou passar o período antes da ordem do dia e quando estamos a entrar no período das deliberações que constam na ordem do dia faz uma interpelação à Mesa, que foi o que fez.

Não precisava de fazer esse repositório normativo para reclamar de um direito que tem de obter respostas via, através da Mesa da Assembleia, que é o que sempre temos feito. Esse papel, a Mesa tem o cumprido, tem remetido ao executivo de imediato as perguntas e requerimentos apresentados pelos membros da Assembleia e tem listado, incluído e devolvido aos membros da Assembleia todas as respostas aos requerimentos ou às perguntas. Há uma lista em permanente atualização, vem a pergunta de um membro da Assembleia, é registada e é remetida ao executivo, vem a resposta do executivo, é registada e é atualizada a lista.

Compreendo isso, peço é que na Ata isto ainda seja no período antes da ordem do dia, porque no período da ordem do dia só podemos deliberar sobre o que consta da ordem do dia. É só este pequeno formalismo, por isso é que lhe disse que foi um ziguezague formal que aqui fez.

Está recebido o seu protesto, entendido como uma interpelação à Mesa, que tem o direito de fazer na relação que a Assembleia tem de ter com o executivo, procurando que as respostas venham mais frequentes ou mais céleres. Está recebida a sua reclamação.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Anual – 2023 (conforme documento registado sob o n.º 42, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mário Aranha (PS) – Relativamente a este ponto tenho dois temas para tratar, o primeiro tema é um bocadinho recorrente, mas tenho de referir aqui que é o tipo de informação que é enviada pelo documento. Tive aqui, de forma aleatória, a ver algumas pérolas e o que propunha é que já existem ferramentas gratuitas que fazem resumos, conseguem fazer relatórios muito bem feitos e poupar um bocado o trabalho aos colaboradores da Câmara Municipal, porque depois o que é entregue, a nós deputados municipais, por exemplo, aqui na página 382, área de receção de bibliotecas, vem referido tirar fotocópias de talões de empréstimo, entregar livros para a reciclagem, enviaram 880 e-mails, fizeram 149 chamadas telefónicas, acho que isto é uma informação completa e totalmente irrelevante. Por isso, temos este documento, imagino que deve ter demorado dias, horas e com várias pessoas a trabalhar nele, e que, sinceramente, é um tipo de informação que, em termos de dignidade enquanto Assembleia Municipal, é completamente desadequado.

Já conhecemos todas as ferramentas como o GhatGPT, o Gemini, ou o CoPilot que conseguem resumir isto e acho que seria muito mais útil.

O segundo tema tem a ver com o seguinte, tive aqui a tentar, junto deste mar de informação, saber qual era o ponto de situação relativamente ao pagamento da matriz de apoio à atividade desportiva. Também, em termos de ponto de situação, relativamente ao apoio aos clubes que têm equipas na 1ª e na 2ª divisão, e pelo que aqui vejo, a situação não está regularizada, além de que, recebi pessoalmente já de vários clubes algumas situações em que os pagamentos relativamente à matriz de 2023 dos apoios aos clubes está em atraso.

Quero, de facto, confirmar se esta situação, no caso de não estar, quando é que vão estar ou se há um problema formal que impeça que esta situação seja regularizada?

Simão Calixto (CDU) – De facto, o documento que estamos aqui a apreciar, que é um documento extenso, não deixa de ser também prova daquilo que é a intensa atividade municipal que tem sido desenvolvida pela câmara, que resume de certa forma aquilo que é, também, o trabalho necessário para o desenvolvimento do nosso concelho.

O ano de 2023 foi, também, um ano em que se lançou uma série de obras e que se garantiu financiamento para que estas avançassem nos restantes anos do mandato, das quais destacava, por exemplo, a requalificação do bairro das Manteigadas, que se iniciou e que foi agora concluída e entregue as casas novamente às famílias, a questão dos financiamentos do PRR, dos bairros comerciais digitais, nas candidaturas para todos os bairros de habitação pública serem requalificados, que também importa valorizar. Valorizar, também, obras como a requalificação da Estrada Nacional 10-4, que se iniciou e que está em curso, numa melhoria das acessibilidades daquele pólo de Desenvolvimento Regional, que é a península da Mitrena com um conjunto muito grande de empresas e que melhora os acessos àquela zona.

Também foi, 2023, o primeiro ano em que voltamos a ter água inteiramente de gestão pública municipal e que, também, permitiu desse ponto de vista a redução das tarifas e do combate ao custo de vida a partir do município. Pondo isto e poderia pôr muito mais, como está também escrito neste extenso documento, está aqui mais uma prova que a CDU continua o seu trabalho de valorização de Setúbal, do seu concelho num desenvolvimento sustentável e que tanto precisamos para continuar o nosso concelho.

Paula Soeiro (PSD) – Relativamente aqui a análise, é efetivamente uma informação extensa, são mais de quinhentas e muitas páginas, já foi aqui também evidenciado numa intervenção numa outra assembleia e já tínhamos proposto a reorganização dos quadros das informações do Departamento de Cultura, Desporto e Direitos Sociais, que são mais de 126 páginas, que poderiam ter um outro tratamento gráfico e não tornaria a sua leitura, às vezes, até confusa.



Dar nota de que continua confuso as atividades respeitantes à 3ª fase das obras do Convento de Jesus, agora já só relativamente ao último trimestre de setembro a dezembro, por exemplo, continuam presentes visita técnica aos cemitérios, aos históricos de Setúbal ou o acompanhamento da equipa espanhola para a realização de reportagens sobre Setúbal. Julgo que isso não está enquadrado na 3ª fase das obras do Convento de Jesus e que o executivo terá boa nota para melhorar.

Duas possíveis correções, na página 141, relativamente a informações que vêm do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no ponto de situação de pedidos por unidade orgânica, há um somatório que não corresponde, nomeadamente o que diz respeito à unidade DISUR/SLU, em que os valores que constam nessa linha, assim como também os pedidos à DASU na respetiva linha do DOM/DIHAB, os valores não estão corretos. Possivelmente, será um erro de Excel e penso que é importante retirar estes erros, porque pode levantar suspeição sobre outros quadros também presentes neste relatório.

Já numa intervenção numa outra assembleia fez-se esta referência, no site do município continua a anterior Presidente Maria das Dores como a Presidente do Conselho Municipal de Educação. Senhor Presidente do executivo, como sabe perfeitamente, as eleições foram em 23 de maio de 2022, já estão quase dois anos passados, só no ano 2023 houve quatro reuniões e o site do município, que se diz que é participado e transparente, continua a constar o mandato anterior.

Existe, também, na página 149, na Divisão dos Espaços Verdes, alguns números por justificar, nomeadamente no apoio administrativo tem 1.013 reclamações, sendo que o somatório entre aquelas que foram tratadas, estão em processamento ou arquivadas há um diferencial de 295, em termos de reclamações, o que é significativo. Não houve tratamento a estas reclamações dos municípios? O mesmo acontece, em termos de participações e sugestões.

Por fim, há uma referência já quase no final do relatório relativamente à Divisão de Projetos, Concursos e Empreitadas em que faz uma referência à Escola Secundária do Bocage. A Escola Secundária do Bocage, as intervenções necessárias foram orçadas em 2021 em mais de 4 milhões, neste relatório anual há só estas referências, uma infiltração no telhado e em fevereiro fissuras no pavimento e colapso em paredes da Secretaria da Secundária do Bocage. Ora, também existe 6.800 euros gastos em extintores e outras intervenções que não vêm indicadas à luz daquilo que foi aprovado na última assembleia extraordinária, que tem a ver com a Carta Educativa Municipal, o que é que os setubalenses e os azeitonenses, porque também engloba as empreitadas nas escolas de Azeitão, podem esperar do município em relação à Escola Sebastião da Gama e à Escola Secundária de Bocage?

Presidente da Mesa – Como vê senhor deputado Mário Aranha, a consideração de que está demasiado extenso e pormenorizado este relatório não é geral, há quem o analise em pormenor e a leitura que a Lei nos permite fazer, agora na senda do senhor deputado Ilídio Ferreira, não nos diz se é um relatório das atividades administrativas ou políticas da câmara.

Há quem prefira que seja só uma súmula ou um sumário executivo, defendendo apresentando as áreas da política, mas há quem queira ver o pormenor. Esta informação toda que consta no relatório é, também, de controlo de execução interna do executivo, agora como nunca se chegou a um consenso, a questão é colocada ciclicamente, repetidamente sobre esse tipo de relatório. Mesmo que seja um consenso, ele é da assembleia, é preciso que a câmara também reúna esse consenso, porque a Lei limita-se a dizer que deve ser apreciada uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, não caracteriza, não diz qual é a atividade.

Podemos reclamar contra isto, mas há quem leia atentamente, o PSD faz esse trabalho sistematicamente, lê em pormenor e pergunta pormenores e identifica somas mal feitas, inclusive. Não vale apenas estarmos a repisar, o executivo terá de apresentar o relatório de atividades como entende e nós temos que o apreciar como ele for apresentado, não há outra coisa a fazer.

Esta intervenção é elucidativa e isto acontece sempre, alguns reclamam que é demais e outros reclamam que ainda bem para se perceber o que é que se faz, pode haver departamentos que não tenham atividade nenhuma, mas só se a atividade administrativa for reportada é que se percebe o que é que estão a fazer.

Manuel Esteves (PS) – Realmente tive aqui a ver o que se passa com os investimentos para a nossa Azeitão, a periferia da cidade de Setúbal. Há que relembrar o Sr. Presidente que em abril numa reunião que lá fez, no âmbito das atividades de Azeitão, anunciou várias obras durante este mandato. Tenho aqui em Ata o que foi lá decifrado, por exemplo, o Pavilhão Gimnodesportivo, o Mercado de Azeitão, o Pavilhão Multiusos da Urbanização nos Brejos de Xavier de Lima. Perante esta situação, foi aprovado aqui um empréstimo no dia 30/06/2023 em assembleia para investimento em Azeitão para a construção do Auditório Municipal de Azeitão e do Mercado de Brejos de Azeitão.

Perante isto, agora, tenho aqui um quadro à minha frente que me diz que para Azeitão, em 2024, há um valor de 10 mil euros, depois empurra esta tal construção do Mercado de Brejos de Azeitão e já não tem cá nada a dizer sobre o Auditório Municipal de Azeitão, nem do gimnodesportivo, nada mais vai dizer para o ano de 2025. Então, eu não queria acreditar, mas, se calhar, tenho razão quando eu disse aqui e está escrito em assembleia, que os azeitonenses não acreditavam já no pai Natal.

O Sr. Presidente foi lá prometer todas estas situações e comprometeu-se aqui, também, em que eram para se fazerem essas obras de infraestruturas em Azeitão, durante o seu mandato, e agora está a empurrar uma única construção para 2025, ora 2025 é o último ano que vai estar aqui nos comandos da Câmara pela CDU. De maneira que o que quero dizer com isto, é que os azeitonenses, mais uma vez, ficam na esperança que depois venha mais alguém para fazer aquilo que era para ser feito.

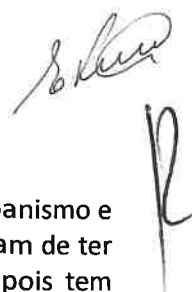
Rui Lamim (PSD) – Sobre o PDM, na página 118 da informação escrita, é referido um comunicado do Conselho de Ministros de 17 de dezembro de 2023, e nesse Conselho de Ministros há a ratificação parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal e está lá escrito a seguinte frase: *“Após a publicação da resolução do Conselho de Ministros em Diário da República, com as matérias objeto de ratificação, proceder-se-á aos ajustes finais da proposta de plano para posterior aprovação dos mesmos em Assembleia Municipal e subsequente publicação do plano em Diário da República.”* Se bem entendo o próximo passo é a publicação da resolução do Conselho de Ministros, depois haverá os ajustamentos finais da proposta elaborados pelo município e a aprovação na Assembleia Municipal e depois a publicação em Diário da República. São estes os quatro passos que faltam para termos finalmente o Plano Diretor Municipal?

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, eu concordo que já muito se debateu sobre a forma do relatório e é legítimo qualquer interpretação, nós procuramos também ver o relatório, mas 546 páginas não é fácil ver exaustivamente.

Sugeria, também, que o executivo, como estamos no início do ano, refletisse sobre a metodologia de apresentação do relatório para a assembleia, porque se este relatório for utilizado para efeitos de controlo executivo, reconheço a sua legitimidade e penso que é útil, mas também a verdade é que os diretores e os vereadores já conhecem o que é aqui vem referido neste relatório.

Para uma Assembleia Municipal o que interessa, penso eu, é saber que, por exemplo, no dia 13 e 14 de abril deu no cinema Charlot um filme que teve 28 espectadores em duas sessões? Mas repare, há páginas e páginas sobre isto, só referi esta, mas está as programações todas dos cinemas e das sessões de workshop e disto e daquilo, ocupando páginas e páginas. Isto é na área da cultura e só a cultura tem cento e não sei quantas páginas no relatório e se formos para as obras, também, temos páginas e páginas, a par das informações importantes que o Simão disse e é verdade, temos depois outras informações que para a Assembleia Municipal considero irrelevantes. Por exemplo, páginas e páginas de substituições de fechaduras em portas, desentupimentos de canalizações, afinações de portas, reparações de campanha, etc., o que é que isso interessa à Assembleia Municipal?

Por exemplo, relativamente a outras ações das obras, colocação de fita em 17 ruas, agora com o nome das ruas todas a ocupar páginas e páginas, recursos e recursos. Colocação de sinalização vertical em 38 ruas e o nome das ruas todas discriminadas, recolocação de sinalização vertical em 68 ruas e todas discriminadas, reparação de sinalização vertical em 32 ruas, todas discriminadas, é isto que aqui está senhor vereador. Acho que isso pode ser útil para si e para os seus diretores, para a Assembleia Municipal tenho muitas dúvidas que o seja.



Sugeria que se olhasse para os relatórios que foram feitos, por exemplo, pelo Departamento de Urbanismo e pelo Departamento Administrativo e Financeiro, porque são vinte e tal páginas cada um e não deixam de ter toda a informação, têm uma parte descritiva dos principais projetos e da evolução deles e depois tem quadros com os números. É importante, se calhar, dizer que foram recolocados sinalização vertical em cento e não sei quantas ruas, agora pôr o nome das ruas todas, não considero que seja importante.

Porque o meu tempo é pouco, poderia dizer mais coisas que estão aqui, quem quiser fazer exercício verá que é divertido fazê-lo com 546 páginas.

Para terminar, colocar ao Sr. Presidente da Câmara três questões relacionadas com a área financeira e dizer que há outras questões que são importantes para a assembleia relativamente a projetos em curso e desenvolvidos quer culturais, quer obras municipais, etc., que depois não aparecem devidamente referenciados e desenvolvidos como eu acho que deviam estar politicamente. A Assembleia Municipal é o órgão político, não é o órgão de controle administrativo, isso compete à Câmara Municipal.

Já estou a passar o tempo, mas relativamente à questão financeira três notas só para o Sr. Presidente sobre o que eu vi aqui. Primeiro, uma execução orçamental relativamente baixa, 74% em relação às receitas liquidadas e 66% se considerarmos os valores recebidos, portanto, estamos em meu entender com uma execução, do ponto de vista das receitas, baixa. Relativamente às receitas correntes, é importante olhar para o decréscimo a nível dos impostos diretos, principalmente, se tivermos um decréscimo de 14,4 milhões de euros nas receitas correntes de 2022 para 2023, sendo que os impostos diretos desceram 3,3 milhões, com grande descida do IMT. Finalmente, também, o número que eu acho que deve preocupar a câmara é o número das dívidas a fornecedores, que passaram de 16,8 milhões no final de 22 para 20,6 milhões em 2023, sendo que grande parte delas são dívidas com mais de 180 dias.

Presidente da Câmara – Subscrovo algumas dúvidas que os senhores deputados colocaram sobre este relatório, mas aqueles que já andam por aqui há mais tempo na Assembleia Municipal, certamente sabem que esta Assembleia Municipal já gastou muitas horas a discutir a forma da apresentação do relatório com a colaboração dos senhores deputados, com toda a boa intenção e conhecimento, mas o resultado não foi muito diferente daquilo que existia, provavelmente evoluiu alguma coisa. O problema é que uns podem dizer que há informação que não interessa e depois logo outro vem dizer que falta uma determinada informação. Isto é difícil de resolver, mas tenho a certeza que é possível evoluir para uma situação que não tenha alguma informação.


Toda a informação tem interesse, mas para a Assembleia Municipal podiam ter um modelo em que houvesse o destaque das questões de maior importância política, mas depois alguns considerarão que poderia ir mais além e outros considerarão que não seria tanto. Concordo genericamente com estas críticas e subscrovo-as. Esta Assembleia já gastou muitas horas a debater este assunto, com um envolvimento dos senhores deputados, alguns com conhecimento da matéria e o resultado “foi aquilo que se viu”, como diz o poeta. Estamos sempre para melhorar e esse é que é o objetivo.

Relativamente às questões que o senhor deputado Mário Aranha referiu sobre o apoio da atividade desportiva relativamente a 2023, há algumas tranches que estão previstas só serem executadas em 2024. Não sei se é esse o caso e se não estarão todas pagas no final do mês de fevereiro, certamente que estarão em finalização de pagamento.

Agradeço as questões que a senhora deputada Paula Soeiro colocou, foram tomadas notas para corrigir erros de alguns “copy past” que às vezes acontecem.

A senhora deputada Paula Soeiro levantou duas questões sendo que uma não percebi. Estava-se a referir à Escola Secundária do Bocage ou a Escola Barbosa do Bocage? A senhora deputada pretendia saber qual é o ponto da situação relativamente à situação atual e ao futuro?

A Escola Sebastião da Gama não foi entregue à Câmara Municipal, é o Parque Escolar que continua a ter essa responsabilidade, algumas coisas não têm corrido bem, esperamos que um dia destes a intervenção seja de acordo com aquilo que é necessário fazer. Esperemos que a Parque Escolar consiga resolver alguns graves problemas que a escola tem, que estão identificados, mas as coisas não têm corrido bem.



Nós temos sete escolas, mas quatro é que ficaram entregues à Câmara Municipal e duas estão num processo de requalificação, são elas a Escola Secundária do Bocage e a Escola Secundária de Aranguêz, cujos projetos estão a serem desenvolvidos, sendo que a Aranguêz vai ter mais um bloco, o qual foi combinado com a DGESTE que acompanha este processo. Relativamente a duas outras escolas, a Escola Barbosa do Bocage e a Escola 2,3 de Azeitão, considerámos que aquelas escolas não devem ser requalificadas e propusemos que fossem substituídas e é nisso que estamos a trabalhar com a DGESTE, no sentido de haver o apoio relativamente aos projetos.

Há uma questão que esperemos que possa ser clarificada a partir do dia 10 de março. A senhora Ministra da Coesão afirmou e garantiu-me, se os presidentes da CCDR estivessem de acordo, que as propostas à autarquia que fossem no sentido da construção de escolas novas em substituição, os seus processos poderiam avançar e foi nisso que nós trabalhamos. Tivemos alguns percalços na resposta que solicitámos, mas finalmente parece que tanto a CCDR como a Senhora Ministra concluíram que se justificava fazer a substituição destas escolas e também a DGESTE está de acordo, por isso estamos a trabalhar na elaboração desses projetos. É preciso saber que para fazer estes projetos, na construção de uma escola nova, andarão na ordem dos 15 a 20 milhões de euros e a Câmara Municipal só poderá avançar para a elaboração de um projeto, que terá um custo acima de 2 milhões de euros, quando tiver a garantia de alguém com competência para o efeito, para que a escola possa avançar, sendo que os nossos serviços técnicos trabalham em estudos prévios com a DGESTE, no sentido de conseguir atingir esse objetivo para depois se avançar para os projetos. O que está em causa é a requalificação da Escola Secundária do Bocage e Aranguêz com a criação de um novo bloco e a construção das novas escolas Barbosa do Bocage e na Escola 2,3 de Azeitão. Aguardemos também que haja alguma decisão mais em concreto sobre a Escola Secundária de Azeitão, que é uma preocupação e uma exigência desde há muito tempo.

Relativamente às questões que o senhor deputado Manuel Esteves refere, percebo que o senhor deputado ficaria eventualmente muito satisfeito se nós não conseguíssemos cumprir aquilo que prometemos, mas o senhor não terá esse gosto, porque nós vamos cumprir aquilo que prometemos. A situação é muito complicada, nós estamos a abrir vários concursos de muitos milhões de euros, sendo que uns ficam desertos e noutros concursos concorre apenas uma empresa, significa que estamos com uma limitação muito grande. Neste momento, praticamente todas as câmaras municipais e não só, estão a querer fazer obras. Esse compromisso existe e se não ficar concluída a obra, pelo menos ela estará em desenvolvimento no final do mandato. Relativamente aos números que o senhor deputado referiu, está em procedimento a alteração orçamental que há de ter a reposição dessas possibilidades que no relatório de dezembro de 2023 ainda não constava.

Senhor deputado Rui Lamim, a resolução do Conselho de Ministros e o PDM, é uma situação muito complicada, porque foi uma resolução de uma aprovação parcial. Os nossos serviços estão agora a avaliar esse parcial, porque é preciso trabalhar em profundidade tanto nos gráficos como nos textos e logo que esteja concluída irá a reunião de Câmara, depois à sessão da Assembleia e será publicada em Diário da República. Tratando-se de uma matéria tão importante devemos realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para tratar deste assunto em concreto. Espero que até ao final de maio seja possível termos este documento em condições para a Assembleia Municipal se poder pronunciar sobre o mesmo.

Relativamente às questões da execução orçamental, agradeço ao senhor deputado Ilídio Ferreira, porque chamou a atenção para aquilo que eu venho chamando a atenção há muito tempo, as receitas do município continuam a baixar, no entanto, há quem continue a considerar que é preciso baixar os impostos, que é preciso baixar as receitas do município, quando sabemos que a despesa em termos de funcionamento da Câmara Municipal e em termos dos salários aumentaram 57% em 2024 relativamente a 2023. Agradeço muito ao senhor deputado ter chamado a atenção para isto, porque é um problema com que todos nós na Câmara e na Assembleia Municipal nos confrontamos e temos de assumir essa responsabilidade, de decisões que foram sendo tomadas, não tendo em conta a evolução desta situação, que referimos bastas vezes e que consta nas atas da Câmara e da Assembleia Municipal.

Vou aproveitar estes quatro minutos para falar de um assunto que foi tratado aqui numa moção e que é preciso clarificar, trata-se do problema da construção do Centro de Saúde de Azeitão. O dinheiro que vem da União Europeia não é do Partido Socialista, do PSD, da CDU, ou que quem quer que seja, é do país, tanto o que vem para o centro de saúde ou para outro investimento qualquer. Há quem faça por aí campanha a dizer que o dinheiro é do Governo. Tratou-se de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. A Câmara Municipal assumiu a responsabilidade de lançar o concurso, fazer os projetos da especialidade, assumir a responsabilidade dos arranjos exteriores, das acessibilidades e entregar o terreno para a sua construção. Nas contas que fizemos, o município fez um investimento aproximado de um milhão e cinquenta mil euros, quando todos sabemos que não é competência dos municípios a construção destes equipamentos. Dizer aos senhores deputados do Partido Socialista que, a parte que competia à Administração Regional de Saúde não foi paga, quem pagou foi a Câmara Municipal um milhão e quatrocentos mil euros, com a gravidade de que foram extintas as Administrações Regionais de Saúde. Perguntámos ao Ministério da Saúde a quem é que nos devemos dirigir para receber um milhão e quatrocentos mil euros, que substituímos a comparticipação do Estado através da ARS para a construção do Centro de Saúde. O Governo ainda não pagou praticamente nada para a construção do Centro de Saúde de Azeitão e os dados podem ser fornecidos pelos nossos serviços que acompanham as candidaturas.

Relativamente aos outros dois centros de saúde, embora ainda não tenha sido aprovada a candidatura do Centro de Saúde da Bela Vista, a Câmara Municipal fez o projeto, lançou o concurso e vai adjudicar a obra, mas ainda não está aprovada a candidatura. Estamos a falar daquilo que são bens fundamentais à vida das pessoas, mas é a Câmara Municipal que está a avançar com tudo, pois trata-se de uma responsabilidade que assumimos. Relativamente ao outro Centro de Saúde, só há pouco tempo é que nos foi apresentado o programa para a podermos avançar com a elaboração do projeto.

Deveria ficar claro e para que não haja uns a dizer uma coisa conforme lhes cabe, que em tempo de campanha eleitoral, isto, como diz o povo *“cai que nem ginjas”*, mas é preciso ter cuidado e ser rigoroso nestas questões.

Ilídio Ferreira (PS) – Pretendo um esclarecimento ao que o senhor Presidente disse, porque não percebeu bem o que eu disse. O que lhe disse que desceu bastante foi o IMT e quanto ao IMT, como sabe, não houve intervenção nenhuma da oposição e o senhor estar-se-ia a referir ao IRS. O IRS continua a subir, O IMT não teve intervenção nenhuma da oposição para a baixar taxas ou fosse o que fosse, o IMT tem a ver com a atividade económica e aquilo que deve preocupar a câmara é quanto ao futuro, porque a câmara tem tomado ultimamente algumas medidas que irão afastar ainda da cidade e do concelho, alguns investidores. O IMT tenderá ainda a baixar mais, assim como a atividade económica na área imobiliária vai tender a baixar.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte interpelação à Mesa: O Partido Socialista queria propor uma alteração à ordem de trabalhos e passar o último ponto, o décimo terceiro, o relatório da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal para o próximo ponto da discussão.

Presidente da Mesa – Essa não é uma interpelação à mesa é uma interpelação ao plenário. Tem algum motivo que possa adiantar?

Paulo Lopes (PS) – Tenho Sr. Presidente! Hoje é dia de semana e na Comissão Permanente alertei que, marcar Assembleias Municipais a um dia de semana quando no dia seguinte todos iriam trabalhar, não sabendo a que horas acabará esta Assembleia Municipal e se vai ter até ao último ponto. Gostaria que esse ponto fosse discutido e votado hoje, até porque já foi adiado numa última Assembleia e era para ter a certeza que ele era discutido e votado hoje.

Presidente da Mesa – Não é uma questão de se consultar os autores da proposta, porque é um relatório que é produto da Comissão onde estão todos os partidos incluídos. É uma questão que pode ser colocada ao plenário, sendo que se deve ouvir as bancadas.

Simão Calixto – A CDU não se opõe, podemos discutir em primeiro lugar.

Presidente da Mesa – Então consideramos que está alterada.

2. **Deliberação n.º 022/2024/AM – Relatório da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, referente ao Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no Município de Setúbal na Região e Respetivo Tarifário**

Presidente da Mesa – Está distribuído o relatório, há uma aprovação da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal que aprovou por unanimidade este relatório, que tinha os depoimentos recolhidos até à data de apresentação da anterior Assembleia Municipal, tendo adicionado um depoimento do senhor vereador Carlos Rabaçal, em representação dos Serviços Municipalizados, que também constava em aditamento a este relatório. Toda a documentação recolhida está reproduzida e está distribuída.

Isabel Conde (PSD) – No seguimento do pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal e das conclusões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 1/6//2023 foi convocada uma reunião extraordinária da Assembleia para o dia 19/6/2023, para a discussão do tema, Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Setúbal e na Região e respetivo Regime Tarifário. Para preparação da referida reunião plenária na Assembleia Municipal foi acometida à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal a incumbência de recolher e preparar a informação necessária para o debate do referido tema, definindo a Comissão Permanente a orientação de promover audiências com os Serviços Municipalizados de Setúbal, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e a AMARSUL – Valorização, Tratamento de Resíduos Sólidos, SA..

De acordo com as disponibilidades das entidades foi possível ouvir a AMARSUL, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a ERSAR.

A Comissão agradece o desempenho e o profissionalismo dos serviços de apoio a esta Assembleia, que tão prontamente realizaram as necessárias convocatórias e articularam todas as agendas. Após as referidas audições e num prazo de 3 dias, a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal apresentou e aprovou por unanimidade um documento que compilou as audiências realizadas até à data da referida reunião plenária, para fundamentar e promover o debate da Assembleia extraordinária convocada conforme tinha sido solicitado.

É de realçar o empenho e rigor com que a secretária desta Comissão desempenhou o seu papel. Cumpre referir que o referido documento foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal Extraordinária no dia 19 de junho de 2023, em seguida e por uma questão de agenda das entidades, a Comissão realizou as audições à APA e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo posteriormente.

O presente documento em anexo constitui um relatório de audição e apreciação nos termos do artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal no mandato 2021/2025, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal no dia 20 de dezembro de 2023 e enviada à Assembleia Municipal nesse mesmo dia, a fim de integrar a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 27 de dezembro do mesmo ano.

Em sede de Assembleia Municipal foi decidido que este mesmo relatório seria apresentado e discutido na Assembleia seguinte, agendada para dia 11 de janeiro. No início da Assembleia Municipal de 11 de janeiro do presente ano, surgiu a ideia de que a Ata n.º 11 poderia não transmitir com clareza o conteúdo dito com o conteúdo que a Comissão ouviu e registou na respetiva audição, pelo que a Comissão com o acordo de todos



os seus elementos, com bom senso e em consenso, pediu que o ponto fosse retirado para uma melhor clarificação da situação, apresentando assim total disponibilidade para a clarificação dos conteúdos. A dita clarificação chegou aos serviços da Assembleia Municipal no passado dia 27 de fevereiro, deste modo foi solicitado que o novo documento constituísse uma adenda ao relatório, com a aprovação prévia e unânime do referido procedimento por parte da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, a quem desde já saúdo publicamente todos os elementos que demonstraram incansável disponibilidade e resiliência no cumprimento da sua missão para o bem comum. Uma vez que o relatório final chegou ao vosso conhecimento em dezembro do ano passado, dispensamos a sua leitura pelo que passaremos apenas a indicar a conclusão e as recomendações. Considerando a complexidade...

Presidente da Mesa – Senhora deputada, peço desculpa e deixe-me interrompê-la. Julgo que está a ler o relatório, estava a fazer uma intervenção sobre o relatório.

Isabel Conde (PSD) – Não! Estava a fazer o enquadramento, agora iria apresentar as conclusões.

Presidente da Mesa – O documento está distribuído e todo esse procedimento é do conhecimento geral da Assembleia do que se passou. Não está a contar tempo nenhum, estamos numa situação perfeitamente fora do vulgar.

É uma apresentação do relatório ou é uma intervenção esclarecedora do relatório? É sobre matéria do relatório e não sobre o procedimento administrativo

Isabel Conde (PSD) – Em Comissão chegámos a um acordo, que deveria ser apresentado relativamente ao relatório, o enquadramento, depois seria a conclusão.

Presidente da Mesa – Apelava à síntese, porque o relatório contém o descritivo de todos os procedimentos tomados, as audições feitas e o processo de decisão que foi seguido, que foi todo discutido. Chegou à Assembleia, voltou atrás, completou-se com mais um depoimento e todos os membros da Assembleia conhecem esse processo.

O que é que é preciso esclarecer ainda?

Isabel Conde (PSD) – Iria passar às conclusões e às recomendações, se me permitir.

Presidente da Mesa – Conclusões que estão escritas no relatório, que não são outras senão as mesmas.

Isabel Conde (PSD) – Considerando a complexidade da matéria em análise no presente relatório, cumpre indicar as conclusões das diversas entidades havidas.

De acordo com a AMARSUL entre os anos de 2019 e 2021 houve cinco milhões de euros de prejuízo por falta de acompanhamento do valor da tarifa. A ERSAR estabelece a tarifa de três em três anos de acordo com estratégias nacionais e políticas dos resíduos. Assim, é ao regulador que mediante os cálculos apresentados e aprovados apresenta a tarifa. Sobre a questão concreta das taxas e de como seria possível conter o aumento das mesmas, a AMARSUL afirma que estas podiam ser parcialmente cobertas por fundos comunitários, e recomenda também a revalorização do preço fixado para a revenda dos resíduos através das entidades reguladoras de fluxos especiais. A AMARSUL refere as seguintes formas de financiamento de apoio direto aos municípios.

Presidente da Mesa – A senhora deputada está a ler todo o documento na parte essencial e nós não saímos daqui hoje. Não é essa a prática de discussão de deliberações, de deliberações importantes, nem que seja até do Relatório e Contas ou a proposta do Orçamento. São apresentados, são conhecidos, mas não se repete a sua leitura. Assim, é preciso marcar uma reunião só para este assunto, mas não é esse o processo normal.

O relatório já foi distribuído, está colocada à apreciação dos membros da Assembleia e há de ser apreciado nas intervenções críticas favoráveis ou desfavoráveis que cada um dos membros da Assembleia tenha, depois é votado e adota-se ou não. Não necessita de uma releitura. Não compreendo qual é o tempo que se vai gastar nisso, que é um tempo extra da assembleia, não é de partido nenhum, não é da Comissão. O Relatório e Contas deste executivo municipal é um relatório de toda a atividade de um ano, nunca fizemos uma prática destas, de estarmos a ler o relatório.

Isabel Conde (PSD) – Seriam as conclusões, uma página e passava às recomendações ou nem isso, se assim o entender, porque é o senhor Presidente que coordena os trabalhos.

Presidente da Mesa – Não é o Presidente, que agora na assembleia tem de decidir como é que se quer funcionar. Reparem na situação que criámos! Este tempo não está a contar para ninguém, é um tempo extra, não é do executivo, não é da Assembleia, não é do PSD e estamos a ler o relatório que foi apresentado. Quantas páginas têm as recomendações e as conclusões?

Isabel Conde (PSD) – Para quem leu o relatório, as recomendações têm uma página e pouco mais, depende do tamanho da letra.

Presidente da Mesa – Se a senhor deputada nos brindar apenas com as recomendações, já ficamos com algum tempo controlado. Que venham as recomendações, se a assembleia...

Isabel Conde (PSD) – Apenas uma nota. Tinha ficado decidido em comissão que seria esta a apresentação. Vou ler as recomendações. A Assembleia Municipal de Setúbal em Assembleia Municipal extraordinária temática, através da deliberação de 19 de junho de 2023 solicitou a negociação do Ministério do Ambiente e da Ação Climática com os vários intervenientes no sistema de recolha e tratamento de resíduos urbanos, nomeadamente a AMARSUL, de forma a que sejam encontradas formas de financiamento alternativas do sistema de valorização de receitas, particularmente com a modificação do ambiente contratual e regulatório, com o objetivo de mitigar o impacto financeiro sobre os cidadãos. Após as várias audições às entidades competentes e devida reflexão, esta Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal propõe à Assembleia Municipal o seguinte:

1. Recomenda à Câmara Municipal de Setúbal que, na sua qualidade de acionista da AMARSUL diligencie junto dos outros acionistas, para que a sustentabilidade da empresa não assente exclusivamente na tarifa, mas também comprometer-se com o aumento de produção energética.
2. Sugerir à Câmara Municipal que procure junto da AMARSUL soluções de sustentabilidade de sistema de resíduos, com a introdução de soluções que evitem a deposição em aterro. Os municípios não podem ser sobrecarregados com o aumento permanente do tarifário.
3. Recomenda ao município que não ponha em causa a sua sustentabilidade nem o bom funcionamento das restantes prestações de serviços e atividades de serviço público, tendo em conta que o enquadramento legal existente obriga a uma recuperação dos custos nas tarifas.
4. Recomenda à Câmara Municipal que averigue e verifique se existe incumprimento a nível contratual por parte da AMARSUL.
5. Recomende à Câmara Municipal que os Serviços Municipalizados de Setúbal remetam à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, os resultados do questionário realizado à população relativa ao PERSU - Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, identificando a demissão da amostra e o grau de confiança, bem como o plano de ação respetivo.
6. Recomenda à Câmara Municipal que promova campanhas de consciencialização ambiental para incentivar os cidadãos a reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, ajudando a diminuir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.
7. Envie este relatório ao senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e às entidades ouvidas pela presente Comissão e divulgue no site da Câmara Municipal de Setúbal.



Presidente da Mesa – Não quero ser impertinente, só para lembrar que esta é uma proposta para a Assembleia apreciar e deliberar, como outra qualquer, menor ou maior. O seu tratamento e o seu processo deve ser igual às outras propostas. Tivemos aqui um lapso de tempo de 10 a 15 minutos que não contou para ninguém, e agora vamos, depois de distribuído e lido essa parte do relatório, fazer a sua discussão e depois tomar uma deliberação, se é ou não adotado.

Vitor Rosa (BE) – Este é um relatório que já foi apreciado em devido tempo, mais propriamente a 19/6/2023, quando se realizou uma Assembleia extraordinária a pedido do executivo municipal, sobre as taxas de gestão de resíduos. Este é um documento que já é do conhecimento de todos os deputados municipais de algum tempo a esta parte, com um complemento depois da reunião que se realizou posteriormente com a APA e daí se trazer novamente à discussão a esta Assembleia. É nossa opinião, que é importante a discussão mais em pormenor, mais em detalhe deste relatório, que foi aprovada por unanimidade em sede de comissão. A grande preocupação para mim e para o Bloco é o precedente aberto pelo senhor vereador Carlos Rabaçal, porque passados 6 meses, na Assembleia de 27 de dezembro do ano passado, já era esta a ata que constava deste relatório que foi apresentado nessa Assembleia, vir agora pôr em causa na Assembleia de dezembro esta ata e as suas declarações. Se é certo que aproveitámos com toda a boa vontade de clarificar esta situação, para que o senhor vereador fosse ouvido, quando fala em precedente, de facto, na referida Assembleia extraordinária o senhor vereador teceu elogios ao trabalho da Comissão, que passo a citar: *“uma grande paciência para o ouvir durante quase uma hora”*, consta na página 23 da ata dessa Assembleia. Face a estes elogios entendeu, contudo, o senhor vereador passados 6 meses, colocar em causa o trabalho da Comissão no que às suas declarações dizem respeito, que para nós é estranho. Se entendemos uma eventual correção de português ou melhor contextualização de um ou outro pequeno pormenor, procurar passado todo este tempo, alterar uma ata, revela algo de errado na conduta, que esperamos que não se alargue a outros intervenientes em audições ou reuniões com as comissões desta Assembleia, de uma certa falta de confiança ou atos de má fé. No sentido de, em qualquer momento, queremos voltar atrás nas declarações proferidas e só passados 6 meses queremos a sua correção. Ou define a Assembleia que em todas as reuniões, passa a ser gravadas as atas correspondentes na íntegra, do que foi proferido por cada interveniente, para evitar situações como estas no futuro. Porque alivitar a hipótese de as comissões enviar por escrito as sugestões, é desvirtuar o trabalho das comissões e dos princípios democráticos da sua intervenção, como órgãos fiscalizadores da atividade autárquica e das entidades com que a Assembleia e as suas comissões se relacionam e entreveem.

Queria reiterar mais uma vez o apoio à capacidade e ao trabalho desenvolvido por esta Comissão.

Presidente da Mesa – Com esta intervenção ficou clarinho a razão que eu tinha de estar aqui a fazer observações. Nada disse sobre o conteúdo ou a apreciação que faz do relatório, deu a sua opinião sobre um incidente, do procedimento de elaboração e complemento ao relatório. É um incidente lateral ao conteúdo. Sobre as conclusões e recomendações nada se disse. Agora percebo qual era a intenção de dar prioridade a este assunto, pretende-se discutir um incidente, mas não o relatório. Nós não temos um Regimento tão desenvolvido que vá estabelecer as regras de funcionamento de uma comissão, para estudar um assunto e sistematizar um relatório, ficando ao critério das comissões. O relatório não é uma peça processualmente perfeita, mas é o que é, ouviram-se as entidades e relatou-se. Há uma discordância, o que levou o deputado Vítor Rosa dizer: *“aquilo que a Comissão coloca em ata é sagrado”*. O declarante nada tem a ver com isso, o declarante veio dizer tempo depois: *“A minha declaração era noutra sentido ou era outra e eu gostava de retificar”*. A Assembleia aceitou, a Comissão aceitou, retificou-se e estava incluído. Essa é que era a questão a discutir? Vejam lá se os senhores deputados querem discutir o relatório, as suas conclusões e recomendações ou se querem discutir o incidente?

O incidente é outra matéria, é como se fazem comissões de inquérito ou de análise dos assuntos e como é que se elabora os relatórios. A Assembleia vai ter de deliberar sobre as recomendações, as propostas apresentadas e as suas conclusões e não sobre nenhum incidente.

Faço o apelo a que, independentemente de se apurar como é que se deve fazer o trabalho de uma comissão, como é que se deve compor um relatório. Já discutimos o assunto noutra Assembleia. É lógico que quando se ouvem entidades externas, se dê conhecimento a essas entidades a proposta de relatório com as suas declarações, para que elas possam conferir, confirmar ou corrigir. Parece que foi isso que aconteceu, com o lapso de tempo mais prolongado e aceitamos todos que sim, mas isso é uma questão incidental não é o conteúdo. Vamos ter que deliberar sobre se aceitamos o teor daquele relatório, sobretudo as suas conclusões e recomendações e é isso que vai a votos. Apelo que façam a discussão neste sentido.

Maria João Palma (PS) – Concordo e subscrevo inteiramente com aquilo que os dois deputados que me antecederam disseram. As comissões existem e um documento que foi votado por unanimidade inclusivamente pela mesma força partidária que o senhor vereador representa, é colocar de certa maneira em xeque todo o trabalho que a Comissão desenvolveu e votou por várias vezes.

O PS destaca para esta discussão a grande necessidade, a urgente necessidade de uma mudança de comportamento para atingir metas comunitárias, incluindo a reiteração do fluxo para ecopontos, aumento da separação bio resíduos e redução significativa dos resíduos indiferenciados. É absolutamente imperioso que a Câmara Municipal execute o maior investimento para mudar o comportamento dos consumidores e propomos sistemas de compensação ou penalização do produtor de resíduos. Recusamos que a solução passe exclusivamente por transferir ineficiências para os munícipes e propomos medidas prévias consistentes. A adoção de sistemas como “PAYT – Pay As You Throw” ou o “RAYT – Recycle As You Throw” e o “SAYT – Sort As You Throw” que visam incentivar a redução de resíduos, promover a reciclagem e reduzir a pegada de carbono. Cada um destes sistemas ou de outros ainda, têm os seus próprios custos e benefícios que deverão ser tidos imediatamente em consideração. Havia uma apresentação do PAPERSU para novembro, até agora ainda não temos qualquer tipo de notícia relativamente a essa candidatura por parte do Município de Setúbal. Destacamos também a importância da adaptação das infraestruturas, sensibilização dos recursos humanos afetos às funções de recolha e tratamento de resíduos. São muitas as vezes que vemos os próprios colaboradores da Câmara Municipal a colocar os resíduos que estão junto aos ecopontos no contentor dos indiferenciados. Aumento da capacidade de recolha e tratamento prévios e uma gestão eficaz de dados de monitorização antes de encaminhamento para aterro.

Promoção, sensibilização das comunidades precisa-se. Ainda esta semana coloquei uma questão relativamente ao ecoponto de resíduos biológicos que está junto da minha casa, telefonei para a Junta de Freguesia de São Sebastião que me encaminhou para a Câmara Municipal de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal passou-me a chamada para três sítios diferentes, coloquei a questão diretamente ao senhor vereador que não me soube dizer como é que consigo abrir o ecoponto de resíduos biológicos que se encontra na minha praceta. Informação, precisa-se!

Nuno Carvalho (PSD) – Começar por cumprimentar o trabalho desta Comissão e em particular até a coordenação destes trabalhos, que não reflete o trabalho de um partido, mas reflete aquilo que foi o esforço e o consenso dos diferentes partidos e que permitiu transpor factualmente aquilo que foi relatado. Sendo certo que nós falamos sempre de uma comissão que tem diferentes sensibilidades partidárias, é sempre um trabalho que tem que procurar consensos para os factos que ali são expostos e nesse sentido o PSD gostaria mais uma vez, não é primeira que contesta nesta Assembleia Municipal já aconteceu no passado, em que houve trabalhos muito profícuos que foram feitos, não só por membros da bancada do PSD, este em particular, não é porque é feito por membros da bancada do PSD, mas merece o mesmo elogio como outros mereceram no passado.

Confesso que ponderámos fazer ou não uma interpelação à mesa, mas achamos que apesar de compreender ser atendível parte do que o senhor Presidente disse, outra parte pode não ser atendível, mas é uma questão de discordância, o que nós consideramos é que essa discordância que o senhor Presidente manifestou, deve ser tratada no ponto de vista daquilo que é o modelo de funcionamento da Assembleia Municipal.



Devemos-lhe dizer com toda a clareza que, a forma como está a conduzir o trabalho dando importância a essa matéria, apenas amplifica o problema que o senhor Presidente está a apontar. Se está a falar de forma e procedimento ou se está a falar de conteúdo. Falar demasiado desse problema e das opções que cada bancada faz, é apenas ampliar esse problema. Sendo certo que para o PSD, por isso é que estamos à vontade para dizer isso, de dar esta recomendação sobre a forma como conduz os trabalhos, consideramos que é mesmo importante debruçarmos sobre o conteúdo, até num aspeto que é fundamental que neste relatório não está tão evidente como de resto esteve na primeira discussão política que foi tida nesta Assembleia Municipal.

Efetivamente, onde está a possibilidade de alterar aquilo que é o valor que, ou a Câmara Municipal ou os municípios, na prática os municípios são quem pagam direta ou indiretamente, porque isto reflete-se no orçamento. Onde é que reside essa possibilidade? No Governo e até numa alteração legislativa. Estamos a falar de uma reivindicação que é fundamental que esta Assembleia Municipal faça. Se a memória não me falha até o fez de uma forma unânime na outra Assembleia Municipal e é importantíssimo que do ponto de vista do conteúdo da discussão política fique firmado que, este modelo da forma como foi definido, e até não temos nenhum problema em dizer isso, porque até foi num Governo nosso, face ao contexto atual do ponto de vista do esforço financeiro económico que existe da parte das famílias e do ponto de vista daquilo que é a transparência da forma como este tema é gerido por quem impõem estas taxas, não é minimamente comportável nem inspira confiança do ponto de vista institucional por parte da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e não inspira confiança por parte dos utilizadores que querem um sistema eficiente e que até estão disponíveis para pagar. O que significa que temos um problema que não é resolvido aqui e tem que ser reivindicado, essa é a questão de conteúdo que nós queríamos frisar absolutamente, com o elogio do trabalho que aqui foi feito, porque esse trabalho permite mais uma vez reafirmar que nós estamos perante um problema, que esperemos, passado este pântano político seja resolvido. Que nenhum partido mude de posição, independentemente daquilo que seja a composição do futuro Parlamento e conseqüentemente o próximo Governo, que essa reivindicação seja feita, porque se ela mereceu consenso no passado deve merecer consenso agora.

Apelamos a que todos os partidos façam novamente esse apelo. É algo que extravasa o âmbito desta Assembleia Municipal e o âmbito desta Câmara Municipal.

Simão Calixto (CDU) – Em primeiro lugar gostaria de valorizar o trabalho que esta Comissão desenvolveu e todos os seus membros, na capacidade que tiveram naqueles 15 dias antes da Assembleia que dedicamos ao tema dos resíduos, mas também nas audições que realizaram a seguir e é por isso que estamos a discutir este relatório novamente, porque há esses acrescentos e essas novidades que são importantes.

A CDU não podia deixar passar que, o que está em causa é que se verifica que a política ambiental para os resíduos está assente nas tarifas e é incapaz de cumprir as metas a que se propõe e é uma política que apenas parece aproveitar à AMARSUL e aos seus acionistas que são maioritariamente privados. A questão essencial é mudar a política que os Governos que venham a seguir, esclareçam o que querem dos aterros, que ataquem a produção de resíduos supérfluos, que ataquem a obsolescência programada e que acima de tudo não façam recair sobre o consumidor final, os custos do tratamento de resíduos assente na acumulação e na exploração dos recursos naturais.

Gostava de questionar particularmente o PS, se estão ou não de acordo que, os custos recaiam todos sobre o utilizador ou se a Câmara deve continuar a suportar os milhões, que suporta hoje em dia, para não aumentar as faturas aos cidadãos?

Se consideram que este modelo é sustentável do ponto de vista financeiro e do ponto de vista ambiental?

Se isto é o caminho que devemos seguir ou se devemos ir por esta alternativa de repensar este modelo, de voltar à gestão pública da gestão em alta dos resíduos, nacionalizar a AMARSUL? Porque é isso que permitirá não só a baixa das tarifas, mas também um tratamento mais eficaz e mais eficiente dos resíduos e da recolha seletiva na região.

Presidente da Mesa – Creio que estando consensualizadas as conclusões e recomendações, que ficou expresso no relatório até esta discussão em plenário, que pode dar outro resultado, mas acho que há condições para tomar a decisão em relação à aprovação do relatório. Não sei se o executivo se pretende pronunciar?

Vereador Carlos Rabaçal – Tendo em conta que eu fui o referenciado nesta discussão de uma forma não adequada, visto que o tema não era a avaliação do processo de construção do relatório, mas sim o próprio relatório. Quando se faz a auscultação de uma entidade, seja em qualquer instituição, seja em qualquer comissão ou qualquer grupo, é para procurar recolher a opinião dessa entidade o mais fidedigna possível. Estou de acordo que nas audições haja um cuidado particular, que haja gravação ou que haja no mínimo a entrega do que foi escrito sobre a audição ao próprio, para poder avaliar se aquilo corresponde ao que realmente disse. Passar de notas pessoais para o papel e para relatório formal, questões que não coincidem exatamente é um problema muito complicado, sobretudo quando se refere o nome da pessoa concreta: “o vereador disse”. O vereador olha para aquilo que está escrito e que não disse, porque foi mais ou menos ao lado, mais ou menos impreciso. Na verdade, foi pedido tardiamente que se corrigisse o conteúdo, pelo que queria agradecer à Comissão que acolheu essa possibilidade. Fizemos uma reunião e eu enviei um documento, procurando acompanhar o texto da Comissão o mais possível e esclarecer aquilo que me parecia que estava menos claro no texto que foi produzido. Faz-me uma certa confusão que haja a preocupação, não de perceber rigorosamente aquilo que a pessoa pensa, mas estar mais preocupado com aquilo que alguém escreveu, interpretando o que a pessoa pensa.

Aquilo que eu penso sobre essa matéria está escrito em ata da Assembleia Municipal extraordinária, numa forma corretíssima. Aquilo que eu penso sobre as várias matérias que foram colocados na Comissão está na ata da reunião de Câmara, onde o assunto foi discutido de uma forma corretíssima e também está escrito em entrevistas dadas no Setubalense e na rádio.

Deixar esta nota, para não reter dúvidas, porque é que levantei a questão.

Quería agradecer à Comissão de ter acedido a que se pudesse conversar sobre este assunto, sendo correta a atitude da Comissão ao permitir que se falasse sobre esse assunto e que se permitisse sobretudo, introduzir alguns ajustamentos, não na ata da Comissão, mas em anexo à ata da Comissão, num texto que eu próprio produzi, sem procurar mexer muito no texto.

Quería clarificar, para que não ficasse nada de estranho.

Há uma comissão que fez o seu trabalho e bem, há um ajustamento a fazer a esse trabalho, o ajustamento foi feito, o relatório está aqui e muito bem.

Presidente da Mesa – Senhor Vereador, esse assunto estava resolvido e estava esclarecido a questão do método.

Paulo Lopes (PS) – Gostaria de dar os parabéns à Comissão e de colocar uma questão diretamente ao executivo, até porque o senhor vereador falou da metodologia e o que me interessava mais era o conteúdo. Uma das considerações que é feita no relatório e que a deputada Maria João falou, é a questão da aprovação do PAPERSU - Plano de Ação para a Aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030. Aquilo que me deram a entender, sem o PAPERSU estar aprovado é quase impossível a Câmara candidatar-se a outros fundos, porque o PAPERSU acaba por ser o Plano Estratégico do Concelho para atacar um problema, que é um problema grave, aqui e em todo o distrito, que seguramente vai ter de ser alvo de muitas discussões e alterações, face aos valores e ao impacto financeiro que em termos futuros esta matéria vai ter. A Câmara tem este plano pronto para apresentar? Ainda não o tem? Deveria tê-lo apresentado em novembro? Gostava de saber coisas um pouco mais concretas sobre esta matéria, para podermos perceber qual o caminho que a Câmara Municipal está a fazer. Já percebemos que está um pouco atrasado, mas é preciso ganhar caminho e ganhar tempo para não ficarmos muito mais atrasados do que já estamos.

Isabel Conde (PSD) – É uma questão da bancada e não da Comissão. No âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2030, questionamos acerca do plano de ação para Setúbal relativamente: Primeiro, às suas metas; segundo, ao seu nível de execução; terceiro, ao ponto de situação atual; quarto, ao respetivo financiamento.

Vai muito no sentido das outras questões, mas o PSD gostaria de ver estes 4 pontos clarificados.

Vereador Carlos Rabaçal (PSD) – Visto que o PAPERSU e o PERSU deverão ser um tema específico de discussão na Câmara e na Assembleia, não é agora que vamos falar sobre isso. De qualquer modo queria dar a seguinte nota: Estamos a ultimar um Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos de Setúbal, que não é PAPERSU nem o PERSU, mas um Plano Estratégico do Município de Setúbal para os resíduos, que está em ultimização para trazer a reunião de Câmara, para ir a inquérito público e para depois regressar à Assembleia Municipal, para debate e votação. Trata-se de um documento mais largo e mais relevante do que o PAPERSU. O PAPERSU é apenas um instrumento concretizador do PERSU a nível nacional, mas concretizá-lo a nível local.

Qual é a dificuldade que temos com esse PAPERSU?

Já entregamos o PAPERSU a tempo e a horas, não houve nenhuma dificuldade com a entrega do PAPERSU, a dificuldade que existe é que as metas estabelecidas pela União Europeia para o Estado Português são draconianas e o Estado Português sabe que não vai cumprir e até já disse que não iria cumprir. Não disse publicamente, mas dizem as instituições que tratam deste assunto, dizendo que as metas não fazem sentido. Mas os sistemas em alta, a AMARSUL tem de cumprir as metas que estão estabelecidas e os sistemas em baixa dos municípios têm que cumprir as metas estabelecidas, mesmo que essas metas sejam absolutamente absurdas. Temos neste momento uma recolha seletiva em Portugal que recuou, ao contrário de outros países europeus, uma recolha seletiva que é baixíssima, mas que tem de crescer de uma forma exponencial. Temos de retirar do depósito em aterro, dos 70% que temos hoje e passar para 10%, quando em 20 anos baixámos cerca de 20%. São investimentos importantes em equipamento, maquinaria, viaturas e recrutamento de pessoal, para se poder cumprir essas metas. Entregámos o PAPERSU de Setúbal com umas metas suaves nos primeiros anos e com umas metas mais fortes nos últimos anos. Recebemos já o parecer da CCDR.

Chamou a atenção que havia uma dissonância entre as metas municipais e as metas da AMARSUL, por isso temos de nos sentar com a AMARSUL para ajustar as metas. Todos os municípios estão a entregar os seus PAPERSU, a colocar na região as metas que o Governo impõe e depois dizem: “*Olha, logo se vê!*”.

Temos um sistema que carece mesmo de uma discussão muito séria, visto que está de “pernas para o ar”. Temos dos poucos sistemas europeus, dos países desenvolvidos, em que: “*quem separa, não recebe*”. Neste momento quem tem o resultado da valorização dos resíduos são as entidades que fazem essa valorização e obtêm os lucros da valorização, devolvem muito pouco aos sistemas em alta de tratamento, devolvem zero aos sistemas em baixa e devolvem zero aos municípios que fazem a separação, ao arrepio de tudo o que se está a passar no mundo europeu desenvolvido.

Há coisas muito sérias a discutir, mas estamos a fazer a nossa parte, estamos a procurar aprofundar e aperfeiçoar o nosso trabalho, vamos fazer essa discussão ao nível da câmara, da Assembleia Municipal e ao nível da população, porque têm de perceber tudo isto.

Temos uma outra situação que são as tarifas da AMARSUL fora de qualquer racionalidade económica, que ninguém percebe. Em parceria com os outros municípios da região estamos a fazer um estudo dessa vida económica dessa empresa “*fantástica*”, que consegue no espaço de 5 anos aumentar 295% a sua tarifa e quer que nós os imputemos aos municípios. Ainda dizem que é pouco, que ainda vai aumentar e que estamos longe do valor da tarifa que deve existir. É uma situação que tem de ser avaliada.

O que está na recomendação é muito importante, que é uma avaliação desta concessão e do seu interesse para os municípios, visto que com os lucros garantidos que têm, impede que esses lucros sejam aplicados na melhoria dos sistemas e insiste na devolução aos municípios do esforço que fazem.

Temos tido contactos com municípios a propósito de recolha de orgânicos, em que os municípios dizem claramente que não estão para estar a trabalhar para alguns terem lucro, porque sabem que nos países europeus desenvolvidos, na entrega da garrafa recebem dinheiro, na entrega de cartão recebem dinheiro, na entrega de plástico recebem dinheiro, na entrega de metal recebem dinheiro. O nosso sistema está de “pernas para o ar”, há muito caminho a fazer. Voltando ao PAPERSU, vamos ter que ir nos adaptando a estas lógicas, porque se não houver PAPERSU não há fundos comunitários e se não houver as metas que nos impõem, independentemente da nossa realidade local, vamos ter que jogar com esses fatores neste “jogo de faz-de-conta” e de hipocrisia política em relação a essas metas.

Paulo Lopes (PS) – Notei das palavras do senhor vereador que há um Plano Estratégico Concelhio em curso, mas que houve uma desvalorização total do PAPERSU. Já tive esta discussão com o senhor vereador em relação à habitação, em que o senhor vereador Carlos Rabaçal dizia que a Estratégia Local de Habitação não servia para nada, zero, afirmou-o numa reunião de Câmara.

Afinal a Estratégia Local de Habitação foi a base para quase tudo alinhavado com a Estratégia Nacional de Habitação. É essa Estratégia Local de Habitação que permite à Câmara fazer o trabalho que hoje está a fazer na habitação. Fico apenas preocupado e queria deixar esta nota. A Câmara continua a desvalorizar estes mecanismos que são fundamentais para depois implantar aquilo que é a sua estratégia, para minimizar o impacto e otimizar aquilo que são as recolhas. Concordo inteiramente com a parte final da intervenção do senhor vereador, é preciso termos sistemas de recolha no qual os municípios sintam que têm um ganho, porque senão não vamos lá. Subscrevo inteiramente a sua preocupação. Fico um pouco à defensiva quando o vejo desvalorizar tanto, instrumentos que são fundamentais, como no passado já foram outras matérias, para depois implementar uma política positiva.

Presidente da Mesa – A desadequação das metas foi a tônica e nós estamos com esse problema noutras áreas a nível europeu. É a viabilidade dos planos de ação para o PERSU, e é isso que se está a referir também no relatório.

Simão Calixto (CDU) – Temos de centrar a discussão no relatório e no caso das recomendações estamos inteiramente de acordo.

É um facto que Setúbal ainda não apresentou nada, mas também é um facto de um conjunto muito grande de outros municípios a nível nacional não apresentaram, precisamente por esta questão que o senhor vereador ressaltou, que as metas não estão feitas para países como Portugal cumprirem, que têm realidades completamente diferentes daquilo que são as realidades em França, na Alemanha, na Suécia ou outros, que têm recolhas seletivas perto dos 100%. Em Portugal estamos a falar na ordem dos 10%, 15%, 20% nalguns casos. São estratégias que são difíceis de aplicar a realidades concretas, como a de Setúbal e de outros municípios.

Centrando no relatório, estamos em condições de aprovar, até no conjunto de recomendações que faz, muito úteis para o trabalho que a Câmara tem que desenvolver, seja do ponto de vista do trabalho político desta assembleia, no sentido de conhecer melhor estes sistemas de resíduos, de nos pronunciarmos e de procurar influenciar quem toma estas decisões poder intervir de uma forma mais correta.

Presidente da Mesa – Este é um tema quente para o país e para o Município de Setúbal, como para todos os outros. Ainda bem que estamos a debater numa altura em que está a decorrer a campanha eleitoral, mas é bom que após a campanha se mantenha como tema, porque é uma situação chave para o país em vários aspetos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

3. Deliberação n.º 011/2024/AM – Delib. CM n.º 21/2024 – Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do BE e do PAN, e as abstenções do PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, 8 abstenções, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

4. Deliberação n.º 012/2024/AM – Delib. n.º 26/2024 – Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do BE e do PAN e as abstenções do PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 8 abstenções, 5 do PPD/PSD e 2 do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

5. Deliberação n.º 013/2024/AM – Delib. CM n.º 34/2024 – Proposta de regulamento das lojas de bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” / Pólo de desenvolvimento das atividades económicas da Bela Vista e zona envolvente - RETIRADA

Marco Costa (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais analisou a proposta e não havendo elementos suficientes para emissão de parecer por parte da comissão, aguarda-se resposta às questões levantadas, que não foram esclarecidas no âmbito da comissão (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47).

Para não haver qualquer equívoco, foram levantadas uma série de questões relativamente a esta proposta de regulamento, sendo que uma das mais pertinentes teve a ver com uma cláusula de exclusividade no regulamento que dizia: *“os únicos candidatos tinham de ser moradores no bairro para poderem candidatar-se a estes projetos”*. O que entrava em discordância com a norma que define qual o objeto e quem são os candidatos que diz: *“preferencialmente do bairro”*. Depois temos a quem se destina, no artigo 3º, descreve quem poderão ser os possíveis destinatários: *“preferencialmente pessoas que residiam lá”*. No artigo 7º, temos uma norma discriminatória que diz: *“são exclusivamente moradores”*. Percebemos que se queira criar uma discriminação positiva para incentivar as pessoas que são moradoras neste bairro a dinamizarem estas atividades e estes negócios, mas não creio que enquanto membros da Assembleia Municipal possamos aprovar normas que sejam de alguma forma discriminatórias e que possam levantar dúvidas a outros cidadãos que se questionem: *“Porque é que aquele se pode candidatar a um negócio só por morar ali e porque é que eu moro noutra sítio e não me posso candidatar ao mesmo projeto?”*



Pedimos que essas questões fossem esclarecidas e como não foram esclarecidas, nem alteradas neste regulamento, havia a hipótese de baixar através da Comissão. Suscitada esta dúvida a senhora Vice-Presidente esclareceu: *“Uma vez que a proposta foi sujeita a discussão pública tinha que vir obrigatoriamente à Assembleia Municipal e ser votada ou então os senhores deputados faziam outra sugestão”*.

Presidente da Mesa – Hoje foi distribuída a informação dos serviços em resposta a estas questões e ela chegou a todos os membros da Assembleia ou se foi só à Comissão? Julgo que terá ido só para a Comissão. A Comissão não reuniu outra vez para analisar esta informação. Era bom que o executivo se pronunciasse sobre a questão de ser pertinente, ser viável adiar esta questão ou se as respostas podem ser divulgadas.

Paula Soeiro (PSD) – O deputado Marco identificou algumas das questões, mas permitam-me passar uma das informações que foi auscultada em termos da Comissão. Não houve dúvidas sobre aquilo que poderia ser o foco deste regulamento, o que foi identificado foi um conjunto de artigos que precisavam de mais clarificação e ouvir somente, poderá ficar registado em assembleia algumas coisas que possam pôr em causa o regulamento.

A nossa proposta e a que foi aventada em termos de comissão, era se seria possível adiarmos esta discussão para a análise das respostas que o executivo nos envia? Não nos pareceu que houvesse uma data concreta ou uma premência de ser aprovado ou não agora, para que não houvesse uma possibilidade de reprovação deste regulamento, porque a sua missão é mais importante do que aquilo que falta esclarecer.

Vitor Rosa (BE) – Pouco há acrescentar depois do que o deputado Marco já levantou.

Há aqui uma dúvida que subsiste, é que esta informação só chegou mesmo hoje aos membros da Comissão, aquilo que hoje chegou em termos das dúvidas que foram por nós colocadas, que foram oito, aquelas que foram identificadas pela responsável da Comissão, tiveram resposta através da senhora Raquel Levi. Só chegaram aos membros da Comissão e não sei quais serão as condições para que o resto da Assembleia possa se pronunciar sobre o regulamento, daí que a solução encontrada por nós, em termos de comissão, foi no sentido de haver ou não condições do ponto de vista legal, uma vez que houve audição pública e como já tinha sido aprovada em reunião de Câmara, questiono se pode ficar para uma futura assembleia ou não?

Presidente da Mesa – A resposta tem data de ontem e foi distribuída hoje aos membros da Comissão. Os membros da Assembleia não viram estas explicações que foram pedidas. Resta ouvir o executivo para saber da possibilidade de esclarecer. Os membros da Comissão que já leram as respostas podem dizer se estão satisfeitos às perguntas feitas, se estão esclarecidas, se retiram dúvidas ou se é preciso que todos leiam.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação a este regulamento, ele tem de ser enquadrado na lógica para o qual foi criado. É um regulamento que visa concretizar uma necessidade de intervenção do programa *“Nosso Bairro, Nossa Cidade”*. O que é que tem vindo a acontecer? Há um conjunto de moradores dos bairros da Bela Vista e zona envolvente, onde se desenvolve o programa, que tem pequenas atividades que fazem nas suas casas. Trabalhámos com algumas dezenas desses moradores, com os especialistas em gestão de negócio, gestão de marketing, especialistas do ISCTE, especialistas do IPS e especialistas de empresas que vieram dar formação aos nossos moradores para poder montar o seu próprio negócio e ganharem a sua autonomia financeira através de negócios. Iniciámos este processo e inclusive atribuímos por protocolo a uma serralharia e a um trabalhador que fazia atividades multiusos. Quando estávamos a preparar-nos para atribuir mais espaços a outros moradores foi-nos chamado a atenção pela nossa equipa do Património Municipal, que esse processo não podia ser assim, tinha que haver um regulamento e que esse regulamento tinha que fazer o caminho normal e que a partir da sua aprovação é que poderíamos atribuir espaços a moradores. Temos uma dezena de moradores a aguardar este regulamento para poderem concorrer e poderem participar. É nesse contexto que aparece o regulamento, não é num contexto de abrir negócios na cidade, mas negócios associados à lógica da intervenção do programa *“Nosso Bairro, Nossa Cidade”*.

O regulamento tem a fórmula obrigatória desses regulamentos, e no artigo 7º, na alínea e), diz que: “A condição para ter acesso ao espaço, é ser morador dos bairros”. Essa alínea tem de ser excluída, porque essa alínea contraria os princípios inicialmente afirmados, de que é para pessoas do concelho ou outras pessoas. Está descrito no início do regulamento a quem é que se dirige este regulamento, são as pessoas singulares ou coletivas. No ponto 2 diz: “É dada prioridade a pessoas residentes no território do programa”. Uma coisa é dar prioridade outra coisa é ser exclusivo. No artigo 7º, alínea e) dá ideia que é exclusivo, essa alínea devia desaparecer, porque é contraditório. Daquilo que foi levantado e que me chegou com questões colocadas, era a única coisa que me parece relevante e que não pode estar no regulamento. O resto das questões são os esclarecimentos de como funciona. Quando se pergunta: “Como se irá processar o levantamento de negócios tidos como prioritários?” Há uma comissão e há um júri que está descrito no regulamento, sendo que esse júri é que vai apreciar. Esta pergunta está respondida no próprio regulamento.

Quando se pergunta: “Quais os fundamentos para a Câmara eventualmente se opor à renovação?” Está descrito no regulamento as condições de oposição à renovação, que é o não cumprimento, utilização indevida. Qual o processo de seleção dos beneficiários de isenção de pagamento de renda? Está descrito as condições em que as pessoas que fazem benfeitorias ficam isentas de pagamento de renda durante “X” tempo. Depois é perguntado: “Quantas lojas se prevê?” No regulamento não diz quantas lojas se prevê, mas nós sabemos que neste momento estão disponíveis 12 lojas que podem ser postos a concurso. É feita uma pergunta difícil de resolver: “Se é um projeto piloto para aplicar noutros bairros da cidade?” Não o concebemos assim, mas nada impede que assim seja. Este projeto tem que ver com o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, mas nada impede que seja aplicado noutros bairros. Aqui não diz nada que obrigue a que seja só ali. Há também uma pergunta: “Como se avalia o estado de conservação?” Há uma comissão do DOM que faz habitualmente as avaliações e que faria essas avaliações. São questões processuais e depois há aqui questões que são remetidas para o Código do Procedimento Administrativo, questões de solução que não tem que estar neste regulamento.

Daquilo que pude perceber das perguntas colocadas pela Comissão, aquela que me parece relevante, é da limitação só para os moradores do bairro da Bela Vista e zona envolvente, referente ao artigo 7º, alínea e), pelo que se retirava a alínea e) e ficava a questão resolvida. Em relação às outras questões o próprio regulamento responde às questões, a não ser que tenha ficado alguma questão ainda por esclarecer, que eu possa esclarecer. Não há nenhuma pressa especial em aprovar este regulamento, mas há muita gente à espera desse regulamento para organizar a sua vida, por isso é que estou a fazer este esclarecimento.

Presidente da Mesa – Estou a depreender por aquilo que está escrito na informação, a assembleia tem competência para alterar a proposta e o vereador está também a dizer que...

Vereador Carlos Rabaçal – Acabei de fazer uma proposta de alteração.

Presidente da Mesa – É essa a questão, que é básica. Aquilo é discriminatória positivamente para aquele grupo de pessoas ou não pode ser e tem de ser em igualdade de condições?

Vereador Carlos Rabaçal – O regulamento diz que é preferencialmente para... (inaudível por se desviar do microfone)

Presidente da Mesa – Mas isso terá de estar nos critérios de seleção, não em termos de direito de acesso.

Vereador Carlos Rabaçal – Não, porque o artigo 7º, alínea e) está errado, é taxativo, diz que é para moradores do bairro.

Presidente da Mesa – Isso justifica a alteração?



Vereador Carlos Rabaçal – Isso tem que sair, porque não corresponde sequer aos... (inaudível por se desviar do microfone)

Presidente da Mesa – O que me parece mais correto é que o município adotasse essa alteração, após auscultação pública que já foi e que não teve contributos.

Vereador Carlos Rabaçal – Já fez o caminho todo.

Presidente da Mesa – Verificado isso, os membros da Assembleia não tiveram conhecimento ainda deste documento. É só essa a questão. Há pessoas à espera, mas antes não havia regulamento e as coisas funcionavam.

Se a assembleia quiser adotar esta alteração, será considerada assim.

Vanessa Silva (CDU) – Senhor Presidente, acompanhamos a sua sugestão e tendo sido agora esclarecido pelo vereador Rabaçal que não é urgente, nem determinante que hoje se tome esta deliberação, parece-nos que o mais correto é a Câmara Municipal, enquanto órgão proponente fazer as correções que resultam das questões suscitadas e depois remeter o documento para apreciação e aprovação neste Órgão.

Vereador Carlos Rabaçal – Que fizessem propostas, além das recomendações.

Presidente da Mesa – Certo, mas que façam com conhecimento da matéria. Os membros da Assembleia ou as bancadas têm de conhecer o que é que está em causa e têm que ler a informação prestada pelos serviços, que é o mínimo. Tanto pode a Assembleia fazer isto num momento posterior, como pode na próxima reunião do executivo, na sequência da audiência prévia e detetado estas situações. Porque não é obrigatório que ele saia exatamente igual àquilo que foi para audiência prévia, não tendo tido participações e ponderadas as questões que, entretanto, foram levantadas, apura-se um texto do regulamento e traz-se à assembleia de abril. Isto prejudica seriamente o projeto ou não?

Marco Costa (PS) – Tendo em conta a posição do vereador Carlos Rabaçal, que nos transmitiu que este projeto não é uma questão urgente, mas que a urgência dava jeito a determinadas candidaturas, estamos dispostos a fazer todo o possível para agilizar. Deixo ao critério dos senhores deputados e do Sr. Presidente, se quiser pedir aos serviços para reproduzir as duas páginas dos argumentos que os vários serviços explicaram e votarmos este ponto, caso ele seja urgente. Caso não seja urgente também não nos opomos a que seja discutido na próxima sessão.

Presidente da Mesa – A sugestão que está em cima da mesa, a câmara completa o regulamento, faz as correções que devem a ser feitas e que foram identificadas e a seguir faz-se a apreciação em Assembleia, de forma limpa, sem estarmos em cima do joelho.

Se o senhor deputado ler este documento em 5 minutos sente-se em condições de redigir uma proposta?

Marco Costa (PS) – Só li agora, porque não tive a oportunidade de ler durante a tarde, porque só me chegou às 15h22 e nestes 2 minutos que o li fiquei esclarecido com o documento, por isso estava em condições de votar e por isso é que transmiti esta opinião.

Presidente da Mesa – Temos de fazer uma alteração da redação, essa conclusão já está apurada. Se é viável e se não prejudica seriamente ninguém era melhor remeter ao Executivo. O Executivo após a audiência pública, apura o articulado deste regulamento e vem depois a Assembleia.

O senhor Presidente da Câmara está de acordo com este procedimento?

Se não tiver de acordo e se for preciso votar agora, continuamos a discussão. A opinião do executivo conta.



Presidente da Câmara – Uma vez que há uma dificuldade, não vale a pena continuar, apesar de haver pessoas que aguardam este regulamento para poder desenvolver as suas atividades. Considerando estas diferenças é melhor que a proposta volte a reunião de Câmara e numa primeira oportunidade voltaria à Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – A deliberação n.º 12/2024 é retirada desta ordem do dia e aguarda nova apresentação pelo executivo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta retirada, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

6. **Deliberação n.º 014/2024/AM – Delib. CM n.º 49/2024 – Alteração oficiosa ao alvará de loteamento 08/2001 – Processo de loteamento 4.9.829/95, criação de lote para equipamento – Processo n.º 829/95**

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

7. **Deliberação n.º 015/2024/AM – Delib. CM n.º 59/2024 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Mário Aranha (PS) – Estamos a modificar um orçamento que não serve o concelho, com um total foco em despesas correntes e no investimento. É um orçamento que mantém a rota de cadência da nossa cidade e concelho. Não atrai investimento privado, não atrai população, continua o sufoco municipal com impostos, taxas e tarifas de estacionamento. Obviamente que a retificação de um péssimo orçamento muito dificilmente poderia ser aprovado pelo PS de Setúbal. Apesar de tudo notamos nesta proposta de alteração alguns aspetos positivos, nomeadamente a transformação de dois milhões e meio de euros de despesas de funcionamento em dois milhões e meio em despesas de investimento que nós designamos por boa despesa. Contudo deixamos aqui algumas notas de preocupação, pelo que podemos verificar como o orçamento é muito mau e “a manta é curta” para a Câmara conseguir fazer esta mudança de despesa, houve alguma parte que ficou destapada. Uma diminuição de 100 mil euros de apoio à prática desportiva, criação cultural, o Pavilhão Desportivo da Manteigada foi aberto orçamentalmente, anunciada em 2023 e em 2024 e só tem 10 mil euros, foi empurrado para 2025 e se houver problemas no concurso, problemas na construção é mais uma das tais obras que vão para as calendas. Esperemos bem que não, e o senhor Presidente já vai dizer que não, porque a cidade precisa absolutamente de equipamentos desportivos.

Tenho falado com vários presidentes de clubes e posso dizer que dois pavilhões, ontem já não chegavam. Qualquer um que se construa será de grande valia para o nosso concelho, por isso, a nossa preocupação.

Já foi referido pelo meu colega Esteves que há a questão de nesta alteração, em que o Mercado de Brejos também foi empurrado para 2025.

Também houve uma alteração que tem a ver com uma promessa desde 2021, que também está inscrita no orçamento, que é a construção do Parque da Juventude da Gâmbia que levou um corte de 50%, vai passar de cerca de 25 mil euros para 12 mil e 500 euros, o que também nos deixa alguma preocupação. Com esta alteração tem a ver com o investimento e tendo nós uma carência tão grande de investimento, obviamente, não votaremos contra, mas também não podemos votar a favor e vamos abster.

Afonso Luz (CDU) – Trata-se de uma alteração modificativa que tem em vista fazer ajustamento na natureza de algumas despesas, tem a ver com financiamento do PRR e lançamento de obras. Os valores que estão aqui envolvidos nem são de grande monta, tendo em conta o orçamento da Câmara, não nos parece que haja razão para não se acompanhar esta esta proposta de alteração.

Eunice Pratas (PS) – Com alguma decepção vejo um desinvestimento numa promessa que é eleitoral desde 2021, que é o Parque da Juventude de Gâmbia, que tinha uma promessa feita neste novo orçamento para 2024. Havendo uma quebra de 50%, ou o parque não vai ser feito ou será feita metade, porque no orçamento fala em apenas em 12 mil e 500 euros. Queria saber como é que o Presidente de Junta, que está sentado nesta Assembleia Municipal, não consegue perguntar ao executivo: *“porque não continuará a investir neste parque da Juventude?”*.

Nas reuniões de Comissão de Educação foi também levantado algum tempo atrás que esta freguesia, apesar dos dados demográficos de que a faixa etária média seria de 38 anos, precisa de medidas para atrair novas famílias com filhos. Se queremos investir e investimos abrindo a nova Pré-Escola do Montinho da Cotovia, sabemos que os jovens destas freguesias periféricas precisam de apoio nos tempos. Vemos que, de uma promessa eleitoral feita desde 2021 para 2024, há uma quebra de 50%. Como é que nós podemos querer atrair as famílias para freguesias periféricas, fixar as famílias, se depois não investimos nos tempos livres para as crianças?

Presidente da Câmara – Compreendemos as intervenções dos senhores deputados do Partido Socialista, mas temos um projeto, temos compromissos com as populações e iremos procurar cumprir aquilo que são os compromissos que nós temos com as populações. Nestas questões do orçamento, os senhores deputados do Partido Socialista sabem que aprovaram na Assembleia Municipal, empréstimos para financiar estes projetos, as questões que estão aqui levantar são laterais. Continuam a insistir nisso! O que é que havemos de fazer? É assim a forma de o Partido Socialista estar na política em Setúbal. Este tipo de comentários fica com quem os faz. Da nossa parte, há que trabalhar no sentido de procurar concretizar. Já referi que há dificuldades várias que tem a ver com a situação das empresas, mas nós continuamos a apostar nos compromissos que estabelecemos, por isso é que propusemos à Câmara e à Assembleia Municipal, que aprovou os empréstimos para financiar estes projetos.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, um da CDU e três do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 17 abstenções, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

8. Deliberação n.º 016/2024/AM – Delib. CM n.º 90/2024 – Atualização de Tarifário dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry a aplicar em 2024

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um da CDU e dois do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 18 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

9. Deliberação n.º 017/2024/AM – Delib. CM n.º 91/2024 – Projeto do Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE e as abstenções do PS, do PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

João Fidalgo (PS) – Ao ler este documento vejo na nota introdutória que *“é considerado que os Interfaces desempenham um papel importante... para garantir que os transportes se processam de forma acessível e promotora de inclusão, de forma rápida e sem perder tempo significativos dos transportes, em condições de conforto e segurança para os passageiros”*. Quem conhece este Interface, localizado na Avenida dos Ciprestes, sabe que as condições de conforto dos passageiros não se verificam e estou-me a referir em especial à parte rodoviária. Normalmente as pessoas que estão a guardar os seus autocarros, no Inverno têm condições um pouco deploráveis, em especial quando existe chuva batida a vento, que é o mesmo problema que existe com o Terminal da Várzea. Como os autocarros para Lisboa partem do Terminal de Várzea, muitos deles chegam ao Interface já cheios, fazem a passagem, mas nem sequer conseguem entrar passageiros. Quando é que serão dadas condições, em especial na parte rodoviária, aos passageiros neste ITS? Se o Terminal da Várzea, que aparentemente seria para ser uma solução provisória e que continua sem condições nenhuma tanto no Inverno como no Verão, no Inverno, chove, as pessoas não têm onde se abrigar, no Verão, apanham um calor terrível porque não há sombras. Quando é que o município pensa resolver estas duas situações e se o Terminal da Várzea vai acabar por passar também para o ITS ou não?

Presidente da Câmara – Relativamente ao ITS podemos considerar que têm melhores condições ou menos condições. O ITS é idêntico a muitos Interfaces que existem um pouco pelo país. Quem desenvolveu este projeto, também desenvolveu projetos para outras cidades deste país. Podemos sempre dizer que podia ser melhor, ter melhores condições, etc., e nisso estaremos sempre de acordo, mas não me parece que seja algo de tão grave como parece na intervenção do senhor deputado.

Relativamente ao Terminal da Várzea, inicialmente, a ideia é que os autocarros saíssem todos do Interface (ITS), e depois verificou-se que as populações consideraram, já que havia aquela possibilidade, as populações reivindicaram que se mantivesse aquela situação. Como é obvio nós temos de considerar essa possibilidade e a questão que se vem a verificar é que as duas situações são para manter no futuro. Efetivamente temos de avaliar a situação da Várzea, criando melhores condições para que sirva as populações, mais até no Verão do que no Inverno. É uma questão que nós temos de repensar e fazer as intervenções necessárias.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS e 1 do BE, e 8 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

10. Deliberação n.º 018/2024/AM – Delib. CM n.º 95/2024 – Aprovação dos Mapas da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Desempenho Orçamental 2023 – SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

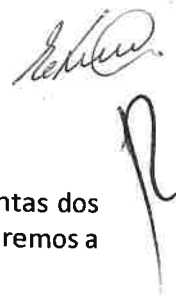
Mário Aranha (PS) – Uma nota prévia, o PS não tem qualquer tipo de reserva mental relativamente à gestão pública e, nomeadamente a gestão pública da água que obviamente deve ser gerido pela nossa Câmara Municipal, contudo no ano 2023, tendo em conta o documento que é apresentado começa-nos a deixar algumas preocupações. Pela sua natureza os Serviços Municipalizados devem ser o mais eficiente possível. Se houver camadas de ineficiência e de desperdício, obviamente quem paga isso são os setubalenses, através da conta da água que pagam todos os meses. Verificámos que o ano de 2023, não foi um ano especialmente favorável em termos de gestão, foi o primeiro ano já em gestão quase em velocidade de cruzeiro da passagem da Águas do Sado para os Serviços Municipalizados. Estivemos a pesquisar, a ver se conseguimos ter acesso às contas, na altura ainda da Águas do Sado e o que está disponível na Internet, as últimas são as de 2019. Na altura verificou-se que a Águas do Sado tivera um valor de receita de cerca de 16 milhões e meio de euros, dos quais conseguiram gerar 2 milhões de euros de “cash flow” positivo, obviamente esses 2 milhões foram para a empresa privada, mas também conseguiram gerar 4 milhões a ser entregue à Câmara Municipal, nos termos da concessão da renda. Os 4 milhões que deveriam ser reinvestidos em investimentos de alguma dimensão na rede, porque era isso que estava consagrado, porque sendo uma concessão esses ativos seriam sempre depois da posse do município, mais tarde. O que se verificou tanto em 2019 como em anos anteriores e que vem referido no relatório que está assinado e que é público, esses 4 milhões eram pagos, deveriam ser reinvestidos na rede, mas o que é certo é que ficava como receita corrente da Câmara e não eram investidos nos ativos da Câmara. Verificou-se que em 2019, os gastos com pessoal foram cerca de 3 milhões de euros. Verificou-se em 2023 que as receitas foram cerca de 21 milhões e meio de euros, os gastos com pessoal dispararam para 5 milhões 745 mil euros e só gerou 900 mil euros de “cash flow” positivo e o valor em investimento foi de 2 milhões 638 mil euros. Quais as conclusões que podemos tirar daqui? Que a gestão foi bastante ineficiente. Com estes gastos todos esperavam um grande aumento da eficiência, um grande aumento de menos fugas, um grande aumento da qualidade de serviço. Não foi isso que se verificou. Houve uma situação bastante positiva, baixaram-se as tarifas, mesmo assim ainda se conseguiu gerar 21 milhões e meio de euros de receita. O certo é que temos algumas preocupações, que é os gastos em despesas correntes que estão a disparar e o volume de investimento continua a ser um investimento muito abaixo daquilo que é necessário, tem-se mais ou menos 4 milhões que seriam sempre o valor considerado razoável e agora nem os 4 milhões, inclusivamente o valor que a Águas do Sado proporcionava ao investidor privado que, neste momento deveriam reverter para a Câmara, para a Câmara poder reinvestir, o que não está a acontecer.

Obviamente que não poderemos votar a favor e também não vamos votar contra, porque consideramos que este foi ainda um ano de transição, mas estamos muito preocupados com este tipo de gestão.

Afonso Luz (CDU) – Este documento que está aqui em apreciação limita-se a apresentar para aprovação o saldo de gerência de 2023 e para que isso seja feito é acompanhado por dois documentos, um é a demonstração de fluxo de caixa e o outro a demonstração da execução orçamental.

Toda a informação sobre a gestão propriamente de 2023, há de vir quando for a apresentação do relatório e contas dos Serviços Municipalizados.

O que acaba de ser feito aqui pelo deputado Mário Aranha, é uma comparação entre 2019 e 2023 com as Águas do Sado que só tinham águas com os Serviços Municipalizados que têm águas e gestão de resíduos. Fazem-se aqui umas comparações mirabolantes, tirar grandes conclusões de coisas que simplesmente não são comparáveis e fico por aqui.



Vereador Carlos Rabaçal – Só uma nota breve, de facto, não estamos a discutir a Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados, isso há de vir. O que aqui está é uma peça concreta e na altura certa discutiremos a Prestação de Contas.

Dá a ideia de que o senhor deputado municipal está com certas saudades das Águas do Sado, mas vai ter a oportunidade de perceber que não tem nenhuma razão para ter saudades e vai perceber com a Prestação de Contas como é que foi utilizado o dinheiro, como é que foi bem utilizado o dinheiro e, já agora, eu preferia nem ter 800 mil, não queria ter nem 2.000 mil, nem 3.000 e nem 4.000, queria ter perto do zero a transitar para o ano seguinte. Porquê? Quer dizer que tinha aplicado tudo, nós queremos é aplicar tudo ao serviço das pessoas, não temos a lógica da empresa privada que precisa de fazer lucro, esse não é o nosso problema. O nosso problema é que todo o resultado seja reinvestido, isso é que é na gestão pública.

Depois, de facto, há aqui um fator que o senhor ignorou completamente, que tem que ver com os resíduos e havemos de ver isto depois na Prestação de Contas qual é o peso dos resíduos em toda esta operação, que é uma coisa que não existia nas Águas do Sado. Além, como você referiu e muito bem, em termos de resultados, o facto de devolvermos 2 milhões às pessoas tem impacto nas contas que são feitas também, mas como estou a dizer isto é a Prestação de Contas e depois veremos isso na altura certa. Para já, o que interessava mesmo, era rapidamente podermos utilizar este resultado na nossa atividade e por isso é que vem aqui hoje, quer esta proposta, quer a modificativa a seguir, para podermos trabalhar.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD e 1 do BE, 12 abstenções, 8 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

11. Deliberação n.º 019/2024/AM – Delib. CM n.º 96/2024 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024 – SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Mário Aranha (PS) – Relativamente ao ano e aos documentos que nos foram apresentados, que, mais uma vez, e por isso é que nos vamos abster, a nossa preocupação para o futuro, porque nós, de facto, não temos saudades nenhuma das Águas do Sado e foi uma promessa nossa voltar as águas para a gestão camarária e somos acérrimos defensores que estes serviços sejam de posse pública e camarária, só para ficar para ficarmos esclarecidos.

Aqui a nossa preocupação, mais uma vez vem com o seguinte, é que também comparando e já comparando o englobamento dos três serviços dos Serviços Municipalizados, que são as águas, resíduos e saneamento, as despesas com pessoal vão disparar 5 milhões e 745 mil, que era o previsto no mapa de cash flow, para 8 milhões 415 mil euros. Por outro lado, também, o que está previsto em despesas de capital continua abaixo, o investimento continua abaixo da tal marca mágica dos 4 milhões e aqui estamos a falar das três áreas, não são três áreas de negócio, mas nas três áreas de atuação, águas, saneamento e resíduos. Portanto, abaixo da tal marca dos 4 milhões e continuamos bastante preocupados, porque, por exemplo, continua a não haver um foco na eficiência energética, porque está previsto nos anos subseqüentes, não só 2024, mas em frente, por exemplo, que as despesas com gásóleo estão nos cerca de 600 mil euros e que continuam a subir. Obviamente que compreendemos que algumas destas coisas tem a ver com algum tipo de camiões, de bombagens, etc., etc., etc., mas, pelo menos 2027 ou 2026 terem medidas de eficiência energética de substituição que permitam poupar nestes valores e poupando esses valores poder reverter em mais investimento ou baixar as tarifas.

Afonso Luz (CDU) – Acabámos na deliberação anterior de aprovar o saldo de gerência, que passa de 2023 para 2024, dos Serviços Municipalizados de 826 mil euros, saldo orçamental.

Este documento que agora estamos aqui a apreciar é a introdução desses 826 mil euros num orçamento que nós já aprovámos em dezembro, já foi mais que discutido e estamos aqui a passar por isto, de estar outra vez a analisar aqui contas do orçamento que já foi aprovado e apenas tem agora a introdução destes 826 mil euros. Não percebo.

Vereador Carlos Rabaçal – Insisto que não estamos a discutir o relatório da Prestação de Contas dos serviços, havemos de discutir, mas o senhor disse uma coisa que eu acho que se pensar dois minutos vai ver que não acertou, é que o preço do gasóleo cresceu exponencialmente no ano de 22 para 23 e a energia aumentou três vezes de 22 para 23, portanto, isso não quer dizer despesismo, quer dizer que para o mesmo consumo há um aumento de três vezes de energia e não sei quantas vezes no gasóleo. É só para ter cuidado com isso, agora, já percebi que está com muita vontade de discutir a Prestação de Contas, havemos de ter tempo de ver isso.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e um voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

Presidente da Mesa – Na próxima deliberação não vou poder participar na discussão e na votação e o Sr. Primeiro Secretário vai conduzir os trabalhos.

12. Deliberação n.º 020/2024/AM – Delib. CM n.º 97/2024 – Revogação da deliberação de extinção e liquidação da Fundação Escola Profissional de Setúbal

Marco Costa (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Salientar que a deputada municipal, Paula Soeiro, chamou a atenção para uma gralha no corpo do texto da proposta, nomeadamente na parte deliberativa, alínea b), última linha do parágrafo, onde se lê Lei 50/2013, deverá ler-se Lei 50/2012”, propôs ainda que, o novo Conselho Administrativo, possa ser ouvido no futuro pela Comissão, para efeitos de acompanhamento do processo.

A Sra. Vice-Presidente, Carla Guerreiro, concordou com o proposto.

Paula Soeiro (PSD) – Estive como membro desta assembleia, mas como membro da comissão também presente, ouvimos a Sra. Vice-Presidente, Carla Guerreiro, e agora gostaria que o Sr. Presidente André Martins, não é vinculativo, mas gostaríamos de ouvi-lo sobre a intenção de manter esta Escola Profissional sob a responsabilidade da Câmara Municipal. Qual é que é, neste momento, o quadro que o executivo gostaria de manter ou de propor, não sendo Conselho de Administração da Fundação, mas qual é o sentir por parte do executivo relativamente à permanência sob a responsabilidade do município desta Escola Profissional que tanto tem dignificado o concelho.

Marco Costa (PS) – Senhor Presidente também estive presente na comissão e tive a oportunidade de suscitar o mesmo pedido de esclarecimento que a deputada Paula Soeiro acabou de transmitir agora. Resta-me, também, completar essa ideia enquadrando esta temática na história.

Todos nós sabemos que passamos a vida a dizer que uma das dificuldades no nosso país é não termos ensino profissionalizante, até guiarmos os alunos para um ensino generalista, para uma escola do 1º, 2º e 3º ciclo e secundário que atribuem capacidades generalistas e que não conseguimos corresponder depois, muitas vezes, à procura de que o mercado por profissões de mais especialidade, a não ser que depois esses alunos enveredem por este tipo de ensino ou pela via Politécnica ou por depois pela via universitária. Nesse sentido, não querendo aqui salientar quem foi o pai ou o padrinho, não quero dar muita importância, porque o que tem realmente importância é esta instituição, mas há um pai e há um padrinho e quando nós vimos que agora a câmara aceita uma série de transferência de competências, com meios, também quando começou a gestão deste executivo CDU herdou este património que era único praticamente no país. Um município que tinha um investimento numa Escola Profissional em que são poucos os exemplos e raros os exemplos a nível do país, como podem comprovar até por estas revogações e alterações que são necessárias por esta revogação da extinção.

Em Setúbal é um caso particular e é um investimento de excelência que nós temos aqui, se passamos a vida a queixarmo-nos que não há ensino profissionalizante, aqui em Setúbal temos, temos uma Escola Profissional a funcionar, temos uma escola com 450 alunos que muitos deles têm mérito e são logo prontamente inseridos no mercado de trabalho, temos outra percentagem desse rácio que, apesar de ter acabado a formação profissional, decide continuar pelo ensino universitário e por essa via ainda se capacitam mais a nível técnico e de qualidade para exercer as suas profissões. Se virmos um município, uma autarquia a divulgar outros projetos que tem que investir tanto dinheiro nessa divulgação, porque não também investir no papel que esta Escola Profissional tem, na importância que tem para o concelho para estes jovens, porque não dignificá-la ainda mais do que é feito, que não digo que não seja feito, porque não dignificá-la mais e transformá-la num projeto de excelência.

Por outro lado, também esta questão, foi feita uma Carta Educativa há pouco tempo, se durante o período de elaboração dessa Carta Educativa não foi equacionado ou se foi equacionado como é que era o papel da Escola Profissional ou se não fazia parte, também, da estratégia global para a educação do concelho de Setúbal equacionar nessa altura e só a partir de agora, com esta alteração, é que se pode equacionar qual é que será o seu futuro papel e se o executivo na pessoa do Sr. Presidente ou na senhora vereadora se pode transmitir aqui aos deputados da Assembleia Municipal quais são as intenções para o futuro, se pretendem investir, se nesta escola se pretendem requalificá-la, se é necessário, tal como na transferência de competências nas outras escolas, fazer um levantamento de necessidades, se é necessário salas técnicas, ampliação do espaço, criação de melhores condições ou se há terrenos para isso, se é possível ou se não é, de forma a estarmos, todos os membros desta assembleia, com o mesmo nível de conhecimento para que possamos tomar as próximas decisões com a melhor evidência possível sobre esta matéria.

Rui Lamim (PSD) – Nós não estamos a discutir a qualidade da Escola Profissional de Setúbal, nem estamos a discutir a continuidade ou não da Escola Profissional de Setúbal, nós estamos apenas a discutir ou a decidir acerca de quem é “o dono ou quem administra” a Escola Profissional de Setúbal. Neste momento, é uma Fundação, em 2014 aqui o município decidiu que seria uma outra coisa e decidiu extinguir a Fundação, passaria para uma associação, porque o município não poderia deter diretamente uma escola.

Bom, foi essa a decisão, não foi efetuado durante este período de 10 anos, porque a questão da liquidação implicaria, provavelmente, por causa dos créditos existentes perder o edifício, o que seria complicado e seria chato. Entretanto, a restrição de financiamento às fundações foi levantada e agora temos aqui, nada mais nada menos, do que voltar atrás. Voltar atrás, isto é, manter a Fundação. Nada demais, a escola continua a funcionar de forma normal, apenas estamos a decidir quem é o seu “dono”. Sempre sem stresse, sem problema, não tem muita conversa.

Presidente da Câmara – O que se propõe aqui e exatamente que se nomeie um Conselho de Administração por um prazo de um ano para nos permitir refletir e aprofundar a discussão sobre esta matéria e havemos todos de participar nesse debate.

Agora, se me perguntam a mim, o que é que eu penso sobre o assunto, direi que ao longo de muitos anos que os autarcas deste país nunca se recusaram a receber competências e eu acho que as autarquias têm demonstrado que, também, nesta área da educação assumem plenamente as suas competências e os resultados são muito mais positivos do que aqueles que o Ministério da Educação ou os sucessivos Ministérios da Educação, se quisermos considerar assim, tiveram ao longo dos anos e isso está provado. Acho que uma escola como esta, que tem dado provas na nossa comunidade, do ponto de vista social, do ponto de vista económico e de formação, e quem a tem dirigido, também, tem dado bem provas da capacidade que tem para continuar este trabalho de formar jovens que optam pela formação profissional, que têm professores que são escolhidos do ensino oficial e têm também depois outra componente que são técnicos especialistas de determinadas áreas de formação das nossas empresas. Acho que este é um caminho extremamente importante para o futuro aqui no nosso concelho ou na nossa região até.

A minha opinião é que a Câmara Municipal, através de uma associação possa dirigir esta escola com um Conselho Geral como aconteceu já e com uma componente do Politécnico, mas também das várias empresas, etc., etc., e que possamos criar aqui uma estrutura também de apoio a esta formação e permitindo que os nossos jovens façam esta opção, seguem a formação profissional e depois aqueles que querem entrar diretamente no mercado de trabalho, a informação que eu tenho é que ao longo destes anos, ninguém fica de fora, estão todos no mercado de trabalho e bem posicionados e aqueles que querem continuar e que “agarram coragem” e querem prosseguir os estudos universitários têm essa possibilidade de o fazer.

Julgo que, como foi dito pelo senhor deputado, é uma mais-valia que nós temos aqui e que todos temos essa responsabilidade de a agarrar e dar-lhe toda a força envolvendo esta comunidade setubalense nas componentes que são necessárias para projetar até um futuro melhor para esta escola e até alargar a sua capacidade de acolher mais jovens que queiram seguir esta via de formação e de ensino.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, um da CDU, um do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

13. Deliberação n.º 021/2024/AM – Delib. CM n.º 124/2024 – Projeto de Regulamento de utilização da ponte cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Paulo Lopes (PS) – Tenho apenas duas questões sobre o regulamento, tinha até mais, mas penso que estão relacionadas algumas questões que eu acho que são bastante limitadoras, e sei que estão relacionadas com o POPNA e com o próprio regulamento do Parque Luís Saldanha. Há aqui qualquer coisa que eu gostaria de dizer, nomeadamente, sobre os espaços de amarração no Portinho e com o acesso à Ponte Cais.

Aquilo que nós queremos naquele equipamento, é uma utilização turística de chegada ao Portinho. Chegada e de largar as pessoas e depois deixar o barco numa poita nos postos de amarração. Mas neste regulamento não diz explicitamente que vai haver um número de amarrações que seja ao dia, ou seja, define que há um número X de amarrações, mas não define que tem de ficar um número livre para os barcos que querem chegar, encostar, deixar sair as pessoas e serem depois colocados na amarração que está disponível por 3, 4 horas, o que for. Isto permite, caso a câmara ou a entidade gestora, se quiser alugar as embarcações ao ano inteiro não haver depois amarrações livres para o dia ou à hora, digamos assim, é quase um parquímetro.

Ainda não se lembraram de pôr parquímetros ali, mas basicamente aquilo que eu questiono é se este regulamento não tendo, vai haver amarrações depois disponíveis para as pessoas que querem encostar o barco, largar as pessoas e deixar o barco posto de amarração. O regulamento é completamente omissivo e isto não faz sentido, tal como eu acho que não faz sentido que se permita que os barcos até 10 metros possam encostar no cais, e atenção que a maior parte dos barcos marítimo-turística têm todos mais de 10 metros, mas depois não há lugares de amarração para esses barcos, porque os postos de amarração são limitados a 8 metros. Penso que aqui já é uma condicionante do regulamento do Parque Marítimo Luiz Saldanha. Acho que, acima de tudo, o que nós temos de potenciar é uma rotatividade ali nos barcos para se encostar e para as pessoas usufruírem daquele espaço, irem ao restaurante, estarem um pouco e saírem. Porque senão, estamos a investir em postos de amarração e num Cais Ponte para as pessoas que têm lá casa e, sinceramente, não penso que seja esse o objetivo de ninguém aqui da câmara e eu acho que deve ser salvaguardado essa capacidade de poder ter uma utilidade turística muito mais forte, muito mais evidente do que aquilo que temos tido até ao momento, até pelas razões que todos nós aqui já falámos durante anos que é o acesso às praias da Arrábida e que a via marítima pode ser e deve ser uma solução, não a principal solução, mas uma solução complementar.

Vereadora Rita Carvalho – Relativamente às questões colocadas, o número de amarrações, obviamente, depende do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e agora não tenho aqui de memória, mas penso que são 84, eventualmente o regulamento até refere o número de amarrações, mas eu não tive agora tempo de verificar. Elas estão inscritas no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, bem como a dimensão das embarcações limita aos 8 metros, com uma dimensão máxima até de calado. Sobre o período temporal em que decorre a utilização, está prevista, também, no Plano de Ordenamento que é entre maio e outubro, e via edital é definido anualmente com as bitolas definidas no POPNA, no Plano de Ordenamento, mais uma vez, aquilo que pode ser a utilização e os critérios de utilização, do ponto de vista da gestão das amarrações disponíveis, com todas as limitações que são impostas aquele local por via da aplicação e da imposição do Plano de Ordenamento, que já agora devia ser revisto.

Paulo Lopes (PS) – Senhora vereadora, não há um número mínimo de amarrações para as diárias, não há, o regulamento é omissivo. Aquilo que eu digo é que se tiverem 38 amarrações podem pôr as 38 anuais e não fica depois nenhuma disponível para as embarcações que querem estar lá umas horas e ir ao restaurante comer e voltarem, e isso não está descrito no regulamento e muito menos no POPNA, que tem o número de lugares totais e eu acho que no regulamento deveria constar que deveria haver um mínimo de 10 lugares, por exemplo, para embarcações que ao dia. Ao dia ou meios-dias, até para potenciar a rotatividade, porque senão essas amarrações vão estar para os donos das casas que lá estão e as marítimo-turísticas ou os privados que têm o seu barco e queiram ir, não tem depois sítio onde deixar o barco e não há essa rotatividade e o que nós queremos é potenciar efetivamente essa rotatividade e o turismo ali.

Vereadora Rita Carvalho – A definição e a forma de gestão e de ocupação das amarrações disponíveis é feita através de edital, não foi deliberadamente expressa no regulamento, porque o regulamento como sabe é um instrumento que vincula e é muito mais difícil de gerir e alterar e, portanto, através de edital anual feito pela entidade gestora, pela autarquia e pela capitania é definida a forma de utilização das poitas. Mas consta no regulamento a previsão de ser feita via edital anualmente.

Paulo Lopes (PS) – Mas não consta o terem essas amarrações ao dia e isso acho que é um erro. É só essa a minha questão. Por mim já estou esclarecido.

Vereadora Rita Carvalho – Podíamos decidir aqui hoje que são 10 e daqui a 2 semanas decidimos que deviam de ser 12 ou o inverso, que deviam ser 8. Fazer a amarração das amarrações num número fixado hoje aqui é muito mais difícil e mais penalizador para a gestão e menos eficaz, de facto, nesta avaliação da forma de gerir aquele equipamento.

Presidente da Mesa – Este problema é um problema central das amarrações. Este problema é, de facto, central e é polémico, os primeiros prejudicados a reclamar, caso não haja um número suficiente de amarrações ao dia, são os restaurantes. O edital tem de ter em conta uma percentagem, mas também há uma tradição nisto, se ela for contrariada vai haver problemas e o edital vai ter que seguir os moldes anteriores, não tem grandes dúvidas.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era zero horas e cinco minutos do dia um de março, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, contém cinquenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Vítor Marcos.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.